



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

THULLIO SANTOS VIEIRA

**A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PARAIBANO: PERSPECTIVAS DOS SEUS SUJEITOS INSTITUCIONAIS**

JOÃO PESSOA

2021

THULLIO SANTOS VIEIRA

**A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
PARAIBANO: PERSPECTIVAS DOS SEUS SUJEITOS INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gracy Kelli Martins Gonçalves

Área de Concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES).

JOÃO PESSOA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 264

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do Mestrando **THULLIO SANTOS VIEIRA** como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Informação, Memória e Sociedade.

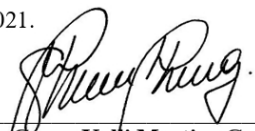
Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um (30/09/2021), às catorze horas e trinta minutos às dezessete horas e vinte minutos, na sala virtual do Google Meet, conectaram-se via videoconferência a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar o candidato ao Grau de Mestre em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, o mestrando **THULLIO SANTOS VIEIRA**. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), considerando as estratégias de distanciamento social para contenção pandêmica e a Portaria N° 323/GR/REITORIA/UFPB, de 16 de outubro de 2020, a videoconferência da defesa ocorreu com acesso por meio do link: meet.google.com/oth-jfhd-cbq A banca examinadora foi composta pelos (as) professores (as): Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves – PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora); Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira – PPGCI/UFPB (Examinadora Interna); Dra. Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano – PROFHistória/UFPB (Examinadora Externa); Dra. Izabel França de Lima – PPGCI/UFPB (Suplente Interna) e Dra. Carla Façanha de Brito – PPGB/UFCA (Suplente Externa). Dando início aos trabalhos, a Professora Gracy Kelli Martins Gonçalves, Presidenta da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra ao candidato para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO: AS PERSPECTIVAS DOS SEUS SUJEITOS INSTITUCIONAIS**. Após a apresentação, o candidato foi arguido na forma regimental pelos examinadores.

Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves, presidenta da banca examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(X)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Proclamados os resultados e encerrados os trabalhos, eu, Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves, Presidenta da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que segue assinada por mim, como representante dos participantes da banca, juntamente com os pareceres de avaliação da DISSERTAÇÃO e da defesa de dissertação do mestrando, devidamente assinados por seus respectivos avaliadores e em formato digital.

João Pessoa, 30 de setembro de 2021.



Prof. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Presidenta da Banca/Orientadora – PPGCI/UFPB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V656m Vieira, Thullio Santos.

A memória institucional do instituto histórico e geográfico paraibano : perspectivas dos seus sujeitos institucionais / Thullio Santos Vieira. - João Pessoa, 2021.

105 f. : il.

Orientação: Gracy Kelli Martins Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Ciência da informação. 2. Memória institucional.
3. Instituto histórico e geográfico paraibano. I.
Gonçalves, Gracy Kelli Martins. II. Título.

UFPB/BC

CDU 02 (043)

À minha mãe, *Nenza*.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelas inúmeras possibilidades que me foram dadas neste plano; pelo fenômeno da vida e seus encantos.

Ao ser humano que mais amo na vida, a minha mãe, **Nenza**. Foi a primeira pessoa a celebrar comigo a aprovação no mestrado. Grato por todo o seu amor para comigo, pelas suas lições de vida, pelo seu apoio incondicional que sempre me amparou. Sempre lhe serei grato.

Aos meus amigos, que foram estritamente preciosos e importantes desde antes da aprovação do mestrado. Escrevo aqui cuidadosamente e de um modo especialmente amplo, pois acredito que, ao citar uns em detrimento dos demais, poderei não ser justo. Sou grato desde o companheirismo até as vivências, as quais contemplam, em mim, experiências que levarei por toda a vida. Durante todo esse processo do meu mestrado, eles foram como um porto para mim. Por vocês e todas as memórias afetivas que construímos, sempre serei grato.

Em especial, citarei aqui **Fernanda Ferreira**, a Fernandinha, como uma amiga que me deu um apoio valiosíssimo durante esses últimos tempos, nesse meu processo de pesquisa. É uma amiga de antes do mestrado, mas que, nos últimos tempos, moldou comigo um laço de vida mais maduro que estará sempre guardado comigo. Agradeço por fazer do seu lar o meu lar. Agradeço a você pela amizade sincera contemplada por risos e interessantíssimas trocas de ideias. Fernandinha, obrigado pelo melhor café e pela maravilhosa companhia.

À minha orientadora, **Prof.^a Gracy Kelli Martins**, pelo apoio acadêmico que me foi dado. Sou muito grato pela sua orientação e paciência durante esse processo. Agradeço pela motivação que me deu para trabalhar a temática da Memória Institucional e pela sua importante orientação durante o meu primeiro contato com a docência por meio do estágio. A você, professora Gracy, exponho aqui o meu respeito e a minha admiração.

Às professoras que compõem a banca de defesa e de qualificação, pelas leituras acadêmicas realizadas e as contribuições que são aqui depositadas. Quero agradecer especialmente à **Prof.^a Bernardina Freire** enquanto líder do **Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP)**, do qual faço parte, e também pela sua mediação com contatos do IHGP. Agradeço também à **Prof.^a Nayana Rodrigues Mariano**, pois foi por meio da disciplina “*Informação, Memória e Identidade*”, ministrada por ambas no PPGCI/UFPB que fui iniciado nos estudos epistemológicos da memória e, concomitantemente, a ideia da Memória Institucional. A vocês, professoras, sou muito grato e expresso aqui o quanto vocês engrandecem esta pesquisa com as suas respectivas contribuições.

Aos meus professores e às minhas professoras do mestrado. Em especial, a **Prof.^a Leilah Santiago Bufrem**, **Prof.^a Maria Nilza**, **Prof.^a Beth Baltar**, **Prof. Henry Poncio** e **Prof. Edvaldo**, pelas inúmeras discussões acadêmicas possibilitadas durante as aulas, pelas indicações de leituras e pelas relevantes reflexões teóricas. Agradeço a vocês pela contribuição no meu processo de vida acadêmica.

Aos colegas do **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, por toda a assistência prestada no desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, em especial, à pessoa da senhora **Socorro Lacerda**, um ser estritamente atencioso e conhecedor do IHGP. Obrigado por toda a sua assistência e as conversas nas dependências do instituto. Agradeço também aos colegas **Adonai**, por todo o apoio para com os pesquisadores que investigam no instituto, a **Jean Patricio** e também ao querido **Ivan**, pela sua hospitalidade. Deixo aqui o meu agradecimento a essas pessoas que servem e que amam essa instituição de memória.

À **Prof.^a Icléia Thiesen**, mentora da obra *Memória Institucional*, pela sua disponibilização em ajudar esta pesquisa. Sou grato pela sua ajuda por meio da troca de e-mails e deixo aqui a minha estima pelos seus estudos.

À querida **Claudia Barreto**, a qual, enquanto minha terapeuta, deu-me um suporte estritamente importante na reta final desse mestrado. Deixo aqui o meu agradecimento e admiração pela profissional brilhante que és.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES)**, pelo apoio a esta pesquisa. Pontuo aqui a importância da sua autonomia institucional para o fomento a pesquisa no Brasil, principalmente pelo preocupante cenário pelo qual a ciência brasileira passa.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas que diretamente e indiretamente me ajudaram durante essa etapa da minha vida.

*Invento o Cais
E sei a vez de me lançar
(Milton Nascimento)*

RESUMO

A presente pesquisa tematiza a ideia do fenômeno da Memória Institucional no contexto de uma instituição de memória com mais de um século de trajetória institucional: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). O objetivo geral desta pesquisa se concentra em investigar o fenômeno da Memória Institucional no âmbito do IHGP. Para o alcance deste objetivo geral, definiu-se os respectivos objetivos específicos: descrever histórica e institucionalmente o IHGP; discutir o construto da Memória Institucional no IHGP; e caracterizar o fenômeno da Memória Institucional no IHGP. Fundamenta-se na obra “Memória Institucional” de Icléia Thiesen (2013) enquanto marco teórico. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com análise de documentos mediante a metodologia de Aróstegui (2006) para o estudo documental. Enquanto instrumento de coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, aplicada individualmente aos sujeitos institucionais do IHGP, os quais atuam enquanto servidores e sócios da instituição. Para análise e tratamento dos dados, adotou-se a Análise do Conteúdo para identificar as características do fenômeno da Memória Institucional no IHGP, por meio das falas dos sujeitos institucionais. Como resultados da pesquisa, apresentam-se as falas dos sujeitos institucionais organizadas em três categorias gerais: as concepções dos sujeitos sobre a Memória Institucional do IHGP; ações e os obstáculos para preservar a Memória Institucional do IHGP; e os instrumentos e canais que ressignificam e compartilham a Memória Institucional do Instituto. Por meio dos elementos apresentados, observaram-se aproximações e distanciamentos nas falas dos sujeitos institucionais sobre a Memória Institucional do IHGP, no tocante à atuação institucional, à representatividade histórica e à documentos do instituto.

Palavras-Chave: Ciência da Informação; Memória Institucional; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

ABSTRACT

This research copes with the idea of the phenomenon of Institutional Memory in the context of a memory institution with more than a century of institutional history: the Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). The general objective of this research focuses on investigating the phenomenon of Institutional Memory within the scope of the IHGP. In order to achieve this general objective, the respective specific objectives were: to describe the IHGP historically and institutionally; discuss the Institutional Memory construct in the IHGP; characterize the phenomenon of Institutional Memory in the IHGP. It is based on the study “Institutional Memory” by Icléia Thiesen (2013) as a theoretical framework. This research has a qualitative approach, analyzing the documents through the methodology of Aróstegui (2006) for the documentary study. As a data collection instrument, the research used a semi-structured interview, applied individually to the institutional subjects of the IHGP, who act as servants and partners of the institution. For data analysis and treatment, we adopted Content Analysis to identify the characteristics of the Institutional Memory phenomenon at the IHGP through the speeches of the institutional subjects. As a result of the research, the speeches of the institutional subjects are presented, organized in three general categories: the subjects' conceptions about the Institutional Memory of the IHGP; actions and obstacles to preserve the Institutional Memory of the IHGP; and the instruments and channels that reframe and share the Institutional Memory of the Institute. Through the elements presented, we observed similarities and differences in the speeches of the institutional subjects about the Institutional Memory of the IHGP regarding institutional performance, historical representativeness and the institute's documents.

Keywords: Information Science; Institutional Memory; Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

LISTA DE IMAGENS (COLOCAR AS PÁGINAS)

IMAGEM 1 – Localização do IHGP.....	26
IMAGEM 2 – Museu do IHGP.....	57
IMAGEM 3 – Fachada da Sede do IHGP.....	58
IMAGEM 4 – Equipe da Restauração do Acervo da Pinacoteca do IHGP.....	60
IMAGEM 5 – Página Inicial do Site do IHGP.....	79
IMAGEM 6 – Mapa Conceitual dos Instrumentos e Canais da Memória Institucional do IHGP.....	82
IMAGEM 7 – Montagem das Estantes.....	86
IMAGEM 8 – Montagem das Estantes.....	86

LISTA DE QUADROS (COLOCAR AS PÁGINAS)

QUADRO 1 – Pesquisa de Campo.....	27
QUADRO 2 – Sujeitos da Pesquisa.....	29
QUADRO 3 – Cronologia da Criação dos Institutos Históricos no Brasil.....	52
QUADRO 4 – Publicações Bibliográficas e Técnicas do IHGP.....	61
QUADRO 5 – Categorias Gerais da Entrevista Semiestruturada.....	68
QUADRO 6 – Concepções Sobre a Memória Institucional do IHGP.....	69
QUADRO 7 – Instrumentos e Canais que Ressignificam e Compartilham a Memória Institucional do IHGP.....	71
QUADRO 8 – Símbolos do IHGP.....	76
QUADRO 9 – Ações e Obstáculos para Preservar a Memória Institucional do IHGP.....	83
QUADRO 10 – Categorias das Concepções dos Sujeitos sobre a Memória Institucional do IHGP.....	88

LISTA DE SIGLAS

CI – Ciência da Informação

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGCI – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização da Pesquisa.....	19
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	25
3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A EPISTEMOLOGIA DA MEMÓRIA	32
3.1 Apontamentos teóricos sobre memória	34
3.2 Memória Institucional: um fenômeno híbrido.....	38
4 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB): O ADVENTO INSTITUCIONAL E SEU DESMEMBRAMENTO AOS INSTITUTOS HISTÓRICOS LOCAIS.....	46
4.1 O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: uma instituição de memória secular	55
5 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IHGP: O DISCURSO DOS SUJEITOS INSTITUCIONAIS.....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as instituições sofrem com o processo da desinstitucionalização. Por conta disso, elas se encontram “fora do lugar”, como aponta o antropólogo Nestor García Canclini (2020).¹ Nas últimas décadas, sobretudo na América Latina, essa desinstitucionalização seria, em outras palavras, o “tirar” ou o “arrancar” a instituição do sujeito social. A questão da instituição fora do lugar estaria inerente ao enfraquecimento orçamentário das instituições públicas e dos programas estatais, à desvalorização do conhecimento científico pelos governos e, especialmente, à privatização da vida pública mediante políticas neoliberais.

Nesse cenário de reorientação agressiva das instituições, observado por Canclini (2020), entidades públicas, centros culturais, acordos internacionais e órgãos institucionais de governança global e regional, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial da Saúde (OMS) e o MERCOSUL, estão em crise institucional. Como precursor do conceito de hibridização cultural no campo sociológico, Canclini provoca a reflexão acerca de uma responsabilidade de caráter prioritário para os tempos atuais: a de salvar as instituições.

Icléia Thiesen, em estudo publicado na década de noventa e posteriormente ampliado para o formato de livro, intitulado “*Memória Institucional*”, enuncia com base na obra de Foucault que as instituições remanescentes de uma disciplinarização do corpo social não dão mais conta das suas funções. Conforme Thiesen (2013), essas instituições que se entrecruzam em um cenário de redes institucionais estão em declínio. O Estado, como a instituição das instituições, a qual dirige a conduta dos indivíduos e dos seus grupos, é deslegitimador.

Por meio das reflexões propostas por Canclini (2020) e com base na obra de Thiesen (2013), tematiza-se a presente pesquisa no âmbito da Ciência da Informação, considerando a ideia da instituição e da memória. Destarte, esta pesquisa emerge mediante um olhar no tocante às problemáticas das instituições no Brasil, em especial as chamadas instituições de memória. Observa-se as diretrizes e ações nos últimos anos designadas pelo Estado, ou não, no âmbito dessas instituições, das políticas de memória, do acesso à informação e da autonomia institucional em instituições de cultura.

¹ Conferência proferida por Néstor García Canclini na cerimônia da sua posse como titular da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP), ocorrida em formato virtual em seis de outubro de 2020. Na conferência *As Instituições Fora do Lugar* o antropólogo discorre sobre a função social das instituições e reflete sobre os possíveis impactos de políticas neoliberais no eixo das instituições públicas e das entidades culturais.

O desastre do incêndio do Museu Nacional, ocorrido em setembro de 2018, expõe a indiligência do Estado frente àquela que seria uma das instituições mais relevantes para pesquisa em história natural e antropológica da América Latina. De acordo com Beiguelman e Lavigne (2020, p. 2), a instituição fundada em meados do Século XIX no Rio de Janeiro “era não apenas o museu científico e histórico mais antigo e importante do Brasil, mas sua coleção era a quinta maior do mundo, com mais de 20 milhões de artefatos de diversas culturas e origens”. Contudo, a instituição já sofria durante os anos que precederam o desastre, pela indisposição do Estado em realizar reformas e também com a escassez de recursos próprios.

Em julho de 2021, a Cinemateca brasileira também sofre com um incêndio. Um dos centros de depósito dessa instituição de memória, responsável por um dos acervos audiovisuais mais significativos do país, e que custodiava filmes, películas e outros documentos de natureza iconográfica, também passava por um descaso institucional semelhante ao do Museu Nacional. Desde meados de 2013, a Cinemateca estava em declínio institucional, em que contratos administrativos com profissionais e empresas gestoras da instituição não foram renovados, evidenciando assim o descaso do Estado frente à instituição.

Em janeiro de 2019, o Ministério da Cultura (MinC) foi extinto. Por conseguinte, seguindo um modelo de redução das instituições e entidades federais no país, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi reduzido a um órgão-agência e instituições importantes para a pesquisa, a memória e a cultura nacional, como a Fundação Casa Rui Barbosa e a Agência Nacional de Cinema (Ancine) passam por uma série de pautas que debatem as suas respectivas extinções institucionais. Nesse aspecto, as instituições de memória e cultura no Brasil vêm vivenciando nos últimos anos um processo de reorientação institucional, de caráter preocupante, o qual reduz ou extingue a autonomia da entidade dentro da sociedade.

Cabe ressaltar que acontecimentos como o caso do incêndio do Museu Nacional e o da Cinemateca, como os citados, são caracterizados enquanto fenômenos sociais de ação, abordados por Galindo (2009, p. 251). Esses fenômenos são marcados pelas “diversas formas de menosprezo ao patrimônio memorial e que são manifestadas em políticas e ações, deliberadas ou não, que resultam em dano da propriedade memorial coletiva”, no âmbito social. A memória é compreendida assim enquanto um alvo político, o qual, segundo Thiesen (2013, p. 29), “passa por determinados discursos e esta aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade”.

As políticas de Estado, nesse aspecto, “podem tanto inibir como motivar a eclosão de narrativas da memória” (LIFSCHITZ, 2016, p. 77). Assim, trabalhar as instituições de memória, seu lugar numa sociedade, significa antes de tudo questionar um discurso de poder

(BEIGUELMAN, 2019). Deve-se ter em vista que as instituições de memória podem ser caracterizadas enquanto instituições que possibilitam a mediação do processo de consolidação das identidades entre o sujeito social e a sociedade a qual pertence. Nesse aspecto, as instituições memorialísticas se responsabilizam pela salvaguarda de fontes para que esses sujeitos sociais se identifiquem ou ressignifiquem as suas identidades.

Cabe pontuar que a memória é, nesse sentido, um fenômeno social passível de manipulação. Assim, abordar a memória é continuamente abordar os esquecimentos e os silêncios. Le Goff (1990, p. 426) comunga com tal assertiva ao apontar que esquecimentos e silêncios são componentes reveladores dos “mecanismos de manipulação da memória coletiva” no âmbito social. Corroborando com esse pensamento, Loureiro (2015) enuncia que existem contextos sociopolíticos que possibilitam que a memória seja de tempos em tempos, ou permanentemente, ressignificada, negociada ou também esquecida.

Todavia, ao abordarmos a memória no contexto institucional, é imprescindível considerarmos que toda instituição tem seus hábitos e regimentos. Assim, toda instituição é produtora das suas próprias memórias (THIESEN, 2013). A Memória Institucional é, nesse aspecto, um fenômeno operante que atua no fio de construção temporal das instituições. Se a entidade é caracterizada enquanto instituição de memória, ela também evoca a sua Memória Institucional, ela também lembra e esquece, mesmo sendo um espaço com a missão de disseminar a memória para a sociedade.

Ao nascer, o indivíduo já encontra a instituição presente e provavelmente continuará a existir após a sua morte. Nesse percurso temporal, a Memória Institucional é consolidada, visto que as ideias corporificadas na instituição, acumuladas ao longo do tempo, são informações e memórias que podem ser observadas no presente (THIESEN, 2013). Nessa perspectiva, concorda-se com Sarlo (2007), o qual aponta que retornar ao passado nem sempre será um momento de liberdade da lembrança, mas um advento, uma captura do tempo presente.

Isso posto, fundamenta-se no conceito de Memória Institucional enquanto as “[...] experiências híbridas, que incluem e excluem no social [...], na perspectiva do tempo, seria o retorno reelaborado de tudo aquilo que contabilizamos na história como conquistas, legados, acontecimentos, mas também vicissitudes, servidões, escuridão” (THIESEN, 2013, p. 285).

Assim, ao tematizar a memória e a sua epistemologia no âmbito da Ciência da Informação, a presente pesquisa aborda o chamado fenômeno da Memória Institucional, observado no contexto de uma instituição de memória com mais de um século de trajetória institucional: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

1.1 Contextualização da Pesquisa

A presente pesquisa compreende a Memória Institucional, no âmbito da Ciência da Informação, enquanto um fenômeno informacional e social, considerando nesse pressuposto a importância dos espaços e das discussões da natureza social da informação. Nesse sentido, as pesquisas sobre os fenômenos informacionais, baseado em um prisma social, contornam um movimento paradigmático da CI, o qual estabelece o advento de novos campos de estudo enquanto subsistidos para os estudos contemporâneos dentro da área.

Nesse sentido, comungamos com Bufrem (2013), que afirma que a pesquisa na área da CI se constitui enquanto uma instituição social com suas práticas e argumentos, construída em processo de confrontação entre tradições e inovações, regulamentações e rupturas, ações no campo específico e ingerências externas. É justamente essa característica de interdisciplinaridade da Ciência da Informação que favorece, no contexto das pesquisas da área o advento de novos saberes em que os estudos da natureza social da informação podem ser localizados.

Atualmente, em várias instâncias da Ciência da Informação, existem espaços e fomentos para as discussões da natureza social dos fenômenos informacionais, institucionalizados por meio de linhas de pesquisas como *Informação e Sociedade*, *Informação e Cultura* ou *Ação Cultural*, as quais vêm sendo inseridas nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação² (PPGCIs) ou ainda em congressos, como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no âmbito nacional (ARAÚJO, 2003).

Assim, os estudos da memória emergem nas pesquisas em Ciência da Informação justamente por considerar a atuação da informação social no âmbito da memória. Desse modo, de acordo com Araújo (2017), a memória é uma temática que, nas últimas décadas, passou a ter maior ênfase na Ciência da Informação. O autor aborda a memória enquanto uma teoria contemporânea inerente ao campo da Ciência da Informação, a qual está intrínseca aos processos dos fluxos de informação na teia social (ARAÚJO, 2017). Esse debate lança um olhar fundamental para a presente pesquisa, justamente por considerar que os estudos da

² Atualmente programas de pós-graduação em Ciência da Informação como o da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Federal do Pernambuco e da Universidade Federal de Minas Gerais possuem linhas de pesquisa que possibilitam espaços para discussões da natureza social da informação, como Informação, Memória e Sociedade; Comunicação e Visualização da Memória; Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento, respectivamente.

memória estão interligados à natureza social da informação, em especial, à Memória Institucional.

A Memória Institucional na CI é uma temática que tem sido abordada em produtos científicos como artigos, dissertações e teses. Oliveira (2010) buscou compreender como a CI se apropria do conceito de memória. Para isso, a autora levantou uma série de dados amparados pela produção científica na Ciência da Informação no Brasil. Na sua análise, Oliveira (2010) aponta que os termos associados à “memória institucional” têm uma das maiores frequências frente aos demais, como a adjetivação “institucional”, a qual apresentou maior incidência dentro do recorte de trabalhos analisados. O termo “instituição” apresenta a segunda maior frequência em frases de co-ocorrência dentro dos trabalhos de memória, obtendo um número de 54 termos dentro de uma amostra de também 54 documentos analisados pela respectiva autora.

Câmara (2015) apresenta os conceitos teóricos sobre a memória utilizados nas ementas das disciplinas dos PPGCIs no âmbito nacional. Esses materiais são selecionados pelos professores das disciplinas dos PPGCIs para que o discente adquira o domínio sobre o conceito de memória e sua relação com a Ciência da Informação, diz Câmara (2015). O autor apresenta a “memória institucional” enquanto um tema presente nas ementas disciplinares, incluindo três artigos de Thiesen (sendo um de 1996 e dois trabalhos de 2006) sobre Memória Institucional. Para tanto, aponta-a enquanto a autora mais citada nas bibliografias sobre o tema nos PPGCIs do Brasil.

Com base nos estudos de Oliveira (2010) e Câmara (2015), observamos que a Memória Institucional se constitui enquanto um tema presente nas discussões e nos produtos científicos da área da Ciência da Informação, o qual, mesmo sendo relativamente recente, tem ganhado impulso. Para tanto, consideramos que são embrionários os estudos que tratam da Memória Institucional na Ciência da Informação, principalmente no que contempla o âmbito nacional. Isso porque, com exceção do trabalho mais abrangente em português, que é o estudo de Thiesen, datado nos anos noventa (PARRELA; NASCIMENTO, 2019), as demais discussões são relativamente recentes dentro da área.

Destarte, comungamos com Thiesen (2013) que área da Ciência da Informação possui um corpo de conhecimento que subsidia a Memória Institucional, no qual pode ser reunido por uma arqueologia a ser empreendida por diversas disciplinas da nossa contemporaneidade. Nesse aspecto, ao abordar a Memória Institucional, inevitavelmente, a CI pratica a sua interdisciplinaridade científica e, concomitantemente, evidencia a sua característica endêmica de rompimento de fronteiras científicas, apontada por Bufrem (2013).

Desse modo, compreendendo a Memória Institucional enquanto a temática norteadora da presente pesquisa, optamos aqui em lançar um olhar, em sua perspectiva, no âmbito do IHGP. Fundado em setembro de 1905, na então capital da Parahyba do Norte, o IHGP é considerado a instituição de memória mais antiga em funcionamento no estado da Paraíba. Com mais de um século de existência e, concomitantemente, uma longa trajetória institucional, essa instituição de memória salvaguarda um dos principais acervos históricos do Estado. Todo o acervo da instituição, constituído majoritariamente por doações, perpassa por documentos arquivísticos de valor permanente, coleções bibliográficas e peças museológicas, contemplando assim fontes documentais referentes à história local e regional, datadas do período colonial, imperial e republicano. O acervo do IHGP é, nesse aspecto, caracterizado enquanto um acervo relevante para história paraibana, o qual vem durante décadas disponibilizando o acesso ao público. Sendo a primeira entidade paraibana preocupada em produzir uma história da Paraíba, o IHGP inicia o processo de escrita histórica em 1909, publicando seus estudos por meio da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (RIHGP), que é organizada e publicizada pelos sócios da instituição.

Sua trajetória institucional é extensa e vista por meio das lentes da memória como um terreno fértil para os estudos na Ciência da Informação. Nesse sentido, considerando a ideia de Memória Institucional, essa pesquisa lança a seguinte questão norteadora: **como se caracteriza o fenômeno da Memória Institucional no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano?**

Diante disso, cabe pontuar que esta pesquisa emerge no âmbito da Ciência da Informação, norteadora por um viés histórico-social, visto que, para discutirmos uma instituição de memória centenária, é imprescindível discutirmos a função social dessa entidade frente à sociedade a qual pertence ou pertenceu, investigando assim como se deu o seu processo de formação histórica e o lugar social dos seus sócios.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo se concentra em: Investigar o fenômeno da Memória Institucional no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Quanto aos objetivos específicos, busca-se:

- I.Descrever histórico e institucionalmente o IHGP;
- II.Discutir o construto da Memória Institucional no IHGP;
- III.Caracterizar o fenômeno da Memória Institucional no âmbito do IHGP.

Cabe ressaltar que investigar a Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano corrobora, enquanto uma característica específica, para o ineditismo desta pesquisa, principalmente considerando estudos no âmbito da Ciência da Informação. Na literatura científica da CI, não são localizados atualmente estudos sobre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Destarte, comungamos que os estudos na CI que abordam as instituições, em especial as instituições de memória, cooperam para uma discussão científica em benefício das identidades de tais instituições. Do mesmo modo, elas promovem estudos no tocante às identidades dos indivíduos sociais. Isso porque, para abordarmos as instituições e seu funcionamento, precisamos compreender o campo social no qual ela está localizada. Nesse aspecto, Thiesen (2013) disserta que “é nesse caminho que são produzidos os fenômenos de cultura, seus mecanismos reguladores e corretivos, seus aparelhos e suas regras, peculiares ao terreno das instituições” (THIESEN, 2013, p. 68).

Assim, amparada pela epistemologia da memória e compreendendo o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano enquanto uma temática ainda pouco abordada na área da CI, a presente pesquisa busca promover a discussão sobre a identidade dessa instituição, a qual contempla mais de um século de trajetória institucional. Nesse sentido, compreendemos aqui que o IHGP é uma entidade relevante para contexto social, tanto pela sua trajetória na sociedade como pelos registros históricos pelos quais mantêm a custódia e dissemina o acesso informacional. Assim, concordamos com Marteleto (1994) que os registros históricos são reelaborados e reinterpretados à luz do tempo presente, com vistas a constituir o princípio da nossa identidade.

Cabe mencionar que esta pesquisa se originou pelo contato do autor com o IHGP durante o desenvolvimento da sua graduação. A aproximação entre o autor e a instituição resultou na publicação de um artigo científico no I Encontro Internacional de Estudos e Usuários da Informação (ENEU). O artigo concentrou sua análise no contexto dos usuários da informação do Arquivo Permanente do IHGP (ARAÚJO *et al* 2017). Nesse sentido, essa aproximação com a instituição provocou um olhar minucioso sobre o IHGP, considerando aspectos como a sua construção histórica, a sua atuação na sociedade, a relevância do seu acervo documental e atual conjuntura institucional do instituto.

Diante disso, com o pressuposto de melhor estabelecer o desenvolvimento deste estudo, esta dissertação está organizada em cinco seções. A primeira seção, composta pela contextualização da nossa investigação, apresenta a questão da pesquisam, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa.

Na segunda seção, discorre-se sobre o delineamento metodológico desenvolvido na pesquisa, considerando assim as técnicas e os métodos empregados para a coleta, organização e análise dos dados e documentos.

Na terceira seção, é apresentada a relação da Ciência da Informação frente aos estudos da memória, identificando desse modo a Ciência da Informação enquanto um campo do conhecimento que goza de uma interdisciplinaridade científica que possibilita a produção de um conhecimento que contempla os estudos da memória. A memória é enunciada aqui enquanto um fenômeno individual, o qual, moldado coletivamente com base em nuances entre o lembrar e o esquecer, será caracterizado enquanto um fenômeno social. Nesse percurso, autores como Halbwachs (1990), Assmann (2011) e Gondar (2016) subsidiam esse arcabouço teórico para assim adentrarmos nas questões da Memória Institucional, apresentadas por Thiesen (2013).

Na quarta seção, descreve-se o processo da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, na então capital federal do Brasil. É apresentada a sua relação com o Instituto Histórico de Paris (IHP) e como o instituto parisiense contribuiu para promoção de um modelo institucional, com base no qual seria institucionalizado o processo de fundação e desenvolvimento do instituto brasileiro. A formação do IHGB é compreendida aqui enquanto um componente da formação do Estado Nacional, em 1822, que iria subsidiar a ideia de uma história oficial. Assim, a atuação dessa instituição é caracterizada frente à sociedade. Para tanto, esse instituto central, localizado no Rio Janeiro, promoveria gradualmente um desmembramento por meio dos Institutos Históricos locais em todas as regiões do Brasil. Dessa forma, é apresentada a formação do IHGP em 1905.

Na quinta seção, é estabelecida a análise central dos dados da pesquisa. Nesse processo, baseado nos discursos dos sujeitos institucionais, foram identificadas as concepções sobre a Memória Institucional do IHGP apresentadas pelos sujeitos, os instrumentos e os canais que caracterizam a Memória Institucional do IHGP, evidenciado as ações e os obstáculos que o IHGP executa e enfrenta para preservar a sua Memória Institucional.

No que se refere às considerações finais, apresentadas na quinta seção, é evidenciada a relevância do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano enquanto uma instituição que atua em mais de um século de trajetória institucional no interesse público de salvaguarda de fontes documentais importantes para a história paraibana, bem como no acesso a essas fontes e na promoção de um conhecimento histórico disseminado por meio das pesquisas da instituição na área de história, geografia e demais áreas afins. Sendo uma instituição centenária, a sua

Memória Institucional é uma seara que carrega inúmeras facetas que devem ser estudadas por pesquisas posteriores.

Dado o exposto, acreditamos que as problemáticas suscitadas aqui estão em compatibilidade com a proposta de uma responsabilidade social, presente na Ciência da Informação. Wersig e Neveling (1975) abordam essa responsabilidade social da CI, advogando o acesso assíncrono à informação. Esse processo de acesso à informação deve contemplar as informações geradas num passado social, que são agora cada vez mais disponibilizadas no presente, assumindo novas ressignificações e possibilidades no âmbito social.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

A respeito do conceito da pesquisa científica, Gil (1999, p. 42) explana que ele é “o processo formal e sistêmico do desenvolvimento do método científico”. O autor frisa também que o objetivo de uma pesquisa científica é “descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos”. Reforçando tais observações, Marconi e Lakatos (2003) enfatizam que a pesquisa é um procedimento formal, com método e pensamento reflexivo, que requer tratamento científico e se constitui como caminho para se conhecer a realidade ou descobrir novas parciais.

É importante ressaltar que as práticas de pesquisa científicas são determinadas tanto pelo contexto social e histórico quanto pelas referências teóricas que orientam conceitos e pressupostos científicos. Isso porque, como aponta Bufrem (2013), enquanto produtos da vida social, as ciências seguem a evolução dessa vida em constante renovação.

Desse modo, um dos dispositivos fundamentais para condução de qualquer material científico é justamente o processo de escolha metodológica, o qual se constitui da seleção de procedimentos sistemáticos e também das estratégias de pesquisa para descrição e explicação de um determinado fenômeno de estudo (CALAZANS, 2007). Em razão disso, as etapas dessas práticas científicas são importantes e devem contemplar imprescindivelmente o estabelecimento de métodos e técnicas oportunos para que seus objetivos possam ser alcançados.

Assim, a caracterização dos aspectos metodológicos, tal qual a sua definição, constitui um dos momentos mais relevantes do fazer ciência, pois possibilitará escolher os métodos, técnicas e instrumentos que possibilitarão o desenvolvimento da respectiva investigação. Dado o exposto, ilustramos a seguir a caracterização metodológica da presente pesquisa, apresentando desse modo os instrumentos metodológicos adotados durante o processo do seu desenvolvimento da presente pesquisa.

A explanação do problema apresentado nessa investigação corrobora com uma pesquisa de nível exploratório/descritivo. É exploratório porque são relativamente escassos os estudos na literatura científica que tratam sobre o IHGP e as discussões sobre Memória Institucional no âmbito da Ciência da Informação ainda são emergentes. Esse tipo de pesquisa tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1999, p. 27). Será também descritiva, tendo em vista que se compromete em

descrever como se caracteriza o fenômeno da Memória Institucional no âmbito de uma instituição.

Para tanto, a presente pesquisa é caracterizada enquanto uma pesquisa qualitativa, justamente por abordar as características de um fenômeno social no contexto de uma instituição. Esse é o tipo de pesquisa que visa responder questões estritamente particulares, por tratar de um universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 1998). Não objetivamos aqui neste estudo quantificar dados, mas sim levantar e interpretar componentes informacionais mediante técnicas qualitativas.

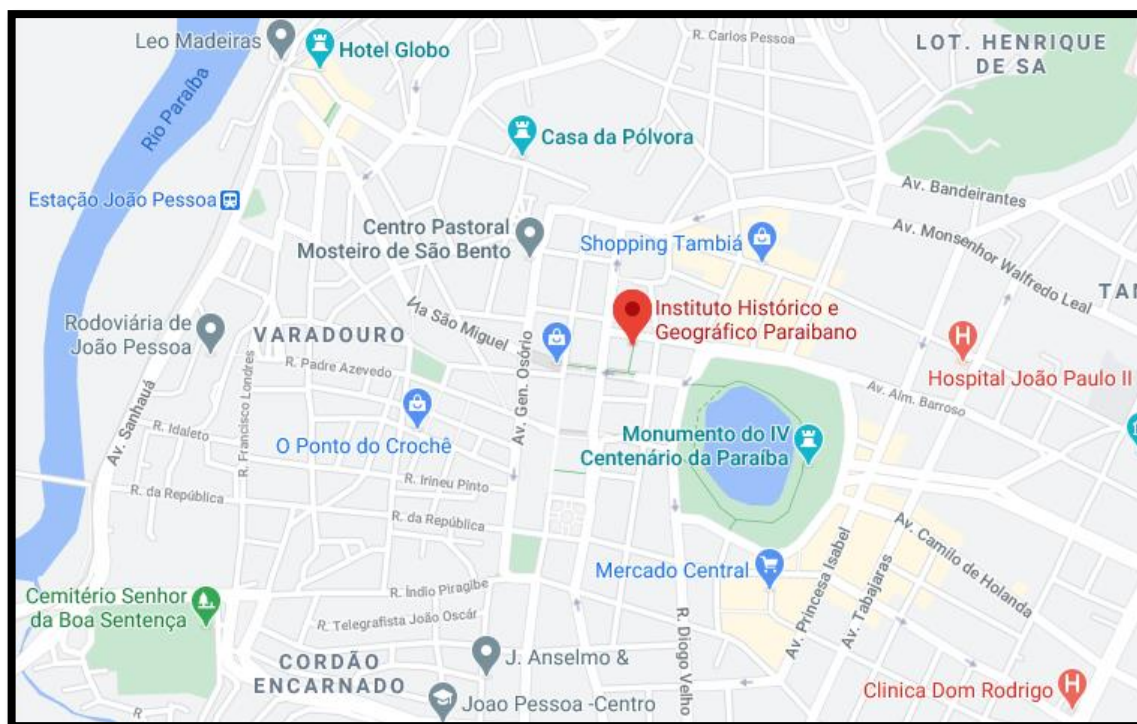
Nesse viés, discorrendo sobre a abordagem qualitativa no recorte das Ciências Sociais Aplicadas, os autores Alves e Aquino (2012, p.81) indicam que “é uma práxis que visa à compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais”. Favorecendo essa observação, Richardson (1999) aponta que essa metodologia também possibilita, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

Destarte, esta investigação é enquadrada enquanto pesquisa bibliográfica, a qual, mesmo sendo adotada na sua gestação, estendeu-se por todo o percurso metodológico, compreendendo assim que os objetivos de um estudo nunca estão fechados, mas sempre abertos a possíveis reformulações. Nesse sentido, Gil (1999) coloca que esse tipo de investigação é aquele elaborado com base em material já publicado. Isso inclui livros, periódicos e materiais disponíveis na internet.

Desse modo, a pesquisa bibliográfica subsidiou todos os momentos da investigação, desde a fundamentação teórica até a caracterização histórico-social do seu objeto, conduzindo o estabelecimento dos instrumentos para a coleta de dados, até o processo de análise dos materiais coletados, bem como a discussão, perpassando assim por todas as etapas da investigação.

Como citado, o *locus* da pesquisa se concentra no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. A instituição, conforme ilustra a **Imagem 1**, está localizada na Rua Barão do Abiaí, número 64, no Centro Histórico de João Pessoa (PB). É uma entidade privada, mas de interesse público, a qual por tem em sua missão institucional o objetivo de promover e divulgar, no âmbito local e regional, estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como das suas áreas correlatas.

Imagem 1 – Localização do IHGP



Fonte: Google maps (2021)

Considerando seu *locus*, o presente estudo é enquadrado enquanto uma pesquisa de campo. No espaço da instituição, foi possível verificar, levantar e registrar materiais e informações recorrentes ao nosso objetivo de pesquisa. Os autores Marconi e Lakatos (2003) explicam que esse tipo de pesquisa tem como objetivo levantar informações ou conhecimentos que tratam de um assunto pelo qual se busca alguma resposta, ou pretenda validar hipótese ou descobrir novos acontecimentos.

Destarte, comungamos com Gondim e Lima (2006) que o trabalho de coleta de dados em campo também se constitui como uma experiência ímpar para o processo de formação do pesquisador, pois o próprio pesquisador terá a oportunidade de lidar mais diretamente com a realidade empírica, sem depender exclusivamente da intermediação de outros pesquisadores.

Assim, dentro dos momentos da visita *in loco*, foi desenvolvido o estudo documental por meio de um recorte do acervo produzido e também custodiado pela instituição, em que, pela seleção desses documentos, empregou-se a metodologia de Aróstegui (2006) enquanto instrumento metodológico para análise. Esse processo de análise documental é defendido por Aróstegui (2006, p. 508) como “o conjunto de princípios e operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicações de um determinado processo histórico”.

Desse modo, o autor apresenta análise documental por um prisma estritamente crítico, em que o documento passa por um processo técnico de fiabilidade e adequação, considerando assim a autenticidade e a análise do conteúdo teórico da respectiva fonte documental. Isso porque “cada tipo de pesquisa requer suas fontes e, portanto, sua crítica” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508). Assim, recorreu-se à documentação histórica e também administrativa, que trata do contexto histórico-institucional do IHGP.

Concomitantemente, empregamos o uso da técnica de observação, pois advogamos que essa é uma técnica que possibilita registrar dados não obtidos e informações não coletadas por meio dos instrumentos metodológicos oficiais de uma pesquisa. Desse modo, esse processo possibilitou a observação de detalhes de uma instituição que pode ser vista enquanto um caleidoscópio na linha do tempo, pois, como uma instituição centenária, o IHGP é uma entidade abundante em informações. Minayo (1998, p. 70) apresenta essa técnica como “um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de investigar uma situação científica”.

O Quadro 1 ilustra os itens informacionais selecionados no desenvolvimento da nossa etapa de pesquisa de campo *in loco* e no site do IHGP, considerando assim tanto a técnica de observação quanto o estudo documental empregado na investigação.

Quadro 1 – Pesquisa de Campo

Observação	Pesquisa Documental
Informações gerais sobre o IHGP;	Anais do ciclo de debates (1 documento);
Espaços e lugares institucionais.	Atas das reuniões datadas desde 1907 (4 documentos);
	Boletins mensais (3 documentos);
	Fotografias institucionais (16 documentos);
	Regimentos internos (2 documentos);
	Relatórios de atividades;
	Revista do IHGP (2 documentos).

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No *corpus* desses documentos, foram localizadas as informações e os dados referentes às atividades desenvolvidas pela instituição desde a sua fundação institucional, em 1905. O IHGP é uma instituição que desenvolve, mesmo que não recorrentemente, o exercício de

publicização das suas atividades por meio de anais, boletins e também da sua revista. Desse modo, para além da pesquisa documental realizada *in loco*, esse estudo documental também foi empregado no site da instituição, em que se encontram divulgados muitos desses documentos em formato digital.

Para buscar compreender quais são os possíveis instrumentos da Memória Institucional no âmbito do IHGP, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas enquanto instrumento de coleta de dados, conforme ilustra o **Apêndice B**. A entrevista semiestruturada é constituída de perguntas abertas ou fechadas, que possibilitam que os questionamentos, além de alcançarem os objetivos previstos, também permitam aos entrevistados discorrerem sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 1998, p. 64). Assim, esse instrumento foi relevante no processo investigativo, pois proporcionou melhor amplitude para os temas da entrevista na ótica dos sujeitos que vivenciam a rotina institucional.

Nesse sentido, para o processo de identificação e escolha dos sujeitos da pesquisa, foram considerados sujeitos institucionais associados diretamente com o IHGP, os quais mantivessem algum vínculo ativo com a instituição ou que carregassem algum grau de relação direta com a trajetória institucional. Em razão disso, foram selecionados preliminarmente membros do quadro ativo do IHGP, bem como os sócios e ex-sócios da instituição, considerando desse modo precisamente os sujeitos que portassem vivências e também conhecimentos relativos à instituição (Quadro 2).

Quadro 2 – Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos da Pesquisa	Setor Institucional	Tempo na Instituição
Sujeito 1	Membro da presidência do IHGP	7 anos
Sujeito 2	Sócio do IHGP	49 anos
Sujeito 3	Sócio do IHGP	20 anos
Sujeito 4	Membro do quadro de funcionários do IHGP	25 anos
Sujeito 5	Membro do quadro de funcionários do IHGP	8 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Assim, o processo de aplicação da entrevista ocorreu por meio de uma amostra de cinco sujeitos. Dentro dessa amostra, a composição foi constituída por um membro da presidência do IHGP da área de formação em Direito, dois sócios do instituto da área de

formação em História e também dois membros do quadro de funcionários da instituição das áreas de formação de Biblioteconomia e Comunicação Social. O tempo de serviço institucional no âmbito do IHGP de tais sujeitos é composto numa escala de temporal que varia entre quarenta e nove (49) anos e sete (7) anos, considerando o sujeito com mais tempo associado frente ao sujeito com menos tempo associado à instituição.

Considera-se importante pontuar algumas observações. Os dois sujeitos entrevistados na pesquisa com maior duração do período institucional correspondem a um sócio com cerca de cinquenta anos de associação com o IHGP, que também desenvolveu a atividade de vice-presidente durante esse período, e um membro do quadro de funcionários que atua na direção do arquivo, da biblioteca e do museu da entidade, o qual presta serviço há cerca de vinte e cinco anos. Ambos os sujeitos da pesquisa são potenciais para o processo investigativo, justamente pelas suas trajetórias longas dentro do IHGP.

As entrevistas aplicadas a esses sujeitos institucionais permitiram coletar, por meio das suas respectivas falas, as suas concepções pessoais sobre a Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, bem como apontar os potenciais instrumentos que consolidam essa Memória Institucional e a atuação do instituto frente a sua Memória Institucional, considerando ações ou planos, desenvolvidos ou não, para preservação da memória da instituição.

O processo de aplicação das entrevistas ocorreu entre março e junho de 2021, considerando algumas interrupções devido à pandemia da Covid-19. A aplicação das entrevistas ocorreu nas dependências do IHGP, em endereços pessoais e também por meio do formato virtual. A aplicação ocorreu de forma estriamento individual, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE), o qual, de acordo com **Apêndice A**, relata os objetivos da pesquisa, para que, desse modo, o sujeito da pesquisa pudesse compreender e ter ciência sobre o propósito da aplicação da entrevista. O registro da entrevista foi gravado com o auxílio do modo manual, em que a fala do sujeito era acompanhada e registrada também.

No processo de análise das entrevistas, empregamos a técnica de análise do conteúdo da Laurence Bardin. Conforme aponta Bardin (2011), essa técnica compreende um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. De acordo com a autora, o processo de análise do conteúdo perpassa pelas seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretações.

Na primeira etapa, foi organizado o material coletado nas entrevistas. Sua distribuição se deu pelo processo de transcrição das entrevistas, que se encontrava em linguagem oral e passou para a linguagem escrita. Nesse momento, foi estruturado o *corpus* em formato escrito-digital, para assim facilitar as próximas etapas da análise do material coletado.

Na segunda etapa, realizou-se a exploração do material bruto coletado. Nesse momento, objetivando identificar a representação do conteúdo coletado nas entrevistas, foi aplicado o processo de codificação proposto por Bardin (2011). Conforme a autora, essa codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos, por meio de regras, que permite extrair a expressão do conteúdo analisado. Assim, foram sistematizadas as falas dos sujeitos da pesquisa com base em termos e temas isolados enquanto “unidades de registro” para compor o processo de codificação.

Concomitantemente, na última e terceira etapa, foi aplicada a categorização da Bardin (2011), para então identificar os instrumentos da Memória Institucional do IHGP. Para a autora, a categorização corresponde a:

Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos (BARDIN, 2011, p. 147).

Assim, foram construídos três quadros em que são categorizadas as falas dos sujeitos da pesquisa. Para efeito de organização, as falas dos sujeitos foram condensadas e categorizadas em três categorias gerais: 1. Concepção da Memória Institucional do IHGP; 2. Ações e obstáculos para preservar a Memória Institucional do IHGP; 3. Instrumentos e canais que ressignificam e compartilham a Memória Institucional do IHGP.

A confecção dos quadros possibilitou a organização do material coletado e também uma ilustração das falas condensadas dos sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, os conjuntos de informações categorizadas permitiram a construção de um mapa conceitual, com a proposta de apresentar os instrumentos da Memória Institucional do IHGP, considerando desse modo que os mapas conceituais são instrumentos didáticos que organizam e sintetizam ideias e conceitos presentes nos mais diversos materiais como documentos, livros e textos (CÂMARA; BUFREM, 2013).

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A EPISTEMOLOGIA DA MEMÓRIA

Dodebei (2016) aponta que, na segunda década do Século XXI, encontramos um cenário em que a produção do conhecimento, sua circulação e preservação são dependentes tanto dos estudos memoriais quanto dos informacionais. Esse advento, o qual vem intercorrendo durante esses últimos anos, origina-se da ocorrência da facilidade do compartilhamento da informação, bem como do processo de institucionalização do acesso à informação em instituições e a própria revolução da cultura digital, a qual gera informações e memórias digitais.

No contexto dos estudos memoriais, Beatriz Sarlo, na sua obra *Tempo Passado: Cultura da Memória e Guinada Subjetiva*, analisa as características da utilização da memória com base em perspectivas sociais e políticas. Frente às mudanças paradigmáticas no objeto de estudo da história, com o advento da chamada Nova História, proveniente de uma Europa pós-holocausto e de uma América Latina pós-ditadura, a autora enuncia que não se deve visualizar a memória enquanto uma epistemologia ingênua. Sarlo (2007) enfatiza que a própria história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la por meio de narrações testemunhais, constatando assim que a memória não é um simples conhecimento secundário.

Destarte, a memória não deve ser lida mais enquanto um feudo intelectual alusivo à história, como aponta Pinheiro (1992), mas como possibilidade de um campo de estudo para outras áreas do conhecimento no escopo das Ciências Humanas e Sociais e, concomitantemente, um subsídio para os estudos contemporâneos dessas áreas. Áreas do conhecimento científico como a Antropologia, a Filosofia, a Psicologia Social, a Sociologia e a Ciência da Informação passaram a investigar e debater os fenômenos da memória nas últimas décadas, considerando assim um processo de transdisciplinaridade científica.

De acordo com Sá (2007), o fato de as Ciências Humanas se aproximarem dos estudos da memória durante as últimas décadas provocou uma quantidade diversa de perspectivas teórico-conceituais, as quais, conforme o autor afirma, contribuiu para aumentar a complexidade desse domínio na academia:

A memória pode ser vista como um conceito, oriundo de uma antiga psicologia filosófica, que se expandiu de modo a abarcar uma quantidade de fenômenos ou mesmo de temáticas ou hipóteses de trabalho científico. Nesse sentido, numerosos envolvimento acadêmicos, bem como as incursões leigas sobre o assunto, têm produzido uma rica e diversificada adjetivação dos fenômenos ou manifestações da memória em sociedade (SÁ, 2007, p. 292).

Já no contexto informacional, a Ciência da Informação, ao estabelecer a informação como o seu objeto de estudo, ampliou as possibilidades de aproximação com outros campos do conhecimento. Nesse sentido, Marteleto (2009, p. 21) argumenta que a CI vem, durante as últimas décadas, promovendo um esforço maior no delineamento do seu campo reflexivo “em direção a uma abordagem crítica, histórica e contextual do seu objeto, assumindo a transversalidade do seu conceito de informação e sua sintonia com as Ciências Humanas e Sociais”.

Esse campo reflexivo no eixo da Ciência da Informação entra em consonância com o paradigma social da CI, o qual considera a informação enquanto fenômeno social em que o conhecimento é partilhado, por meio de um grupo ou também de uma comunidade. Rafael Capurro (2003) discute que dois paradigmas antecederam esse paradigma social. O primeiro foi o físico, moldado com base em sistemas informatizados, considerado um paradigma técnico, que até então não considera o usuário da informação. O segundo é chamado paradigma cognitivo, cujo foco recai no usuário, mas sob um aspecto individualista, diferente do social, em que o aspecto é coletivo.

É justamente o terceiro paradigma da Ciência da Informação, de caráter social da informação, que consideramos na nossa investigação. Nesse contexto, comungamos com Silva (2006, p. 24), ao enunciar a informação enquanto um fenômeno social. Conforme o autor, a informação é “um fenômeno humano e social, que deriva de um indivíduo que conhece, pensa, se emociona e interage com a sociedade sensível à sua volta e a comunidade de indivíduos que se relacionam entre si”.

Assim, tomando o potencial social da informação como relevante para nossa investigação, advogamos que a Ciência da Informação constitui um campo de conhecimento com características interdisciplinares, estimulado pela incumbência de investigar, analisar e organizar as demandas e os problemas informacionais. Diante disso, a característica interdisciplinar da Ciência da Informação conduz a área para a seara dos estudos de caráter social, cujas pesquisas entre a informação e a memória podem ser localizadas dentro da CI.

Nesse contexto, considerando os estudos da memória no bojo da Ciência da Informação, cabe pontuar que Oliveira e Rodrigues (2011) discutem, pela ótica de uma série de pesquisas realizadas por meio da produção científica da CI no Brasil, como a CI se apropria de conceitos, delimitando essa apropriação para o conceito memória. As autoras evidenciam que pesquisadores da Ciência da Informação fomentam uma adjetivação

heterogênea do termo memória como método de apropriação, mas que isso não compromete a sua reformulação.

Assim, frente a um processo de consolidação pelos estudos da CI, em que a epistemologia da memória é posta sob um prisma informacional, Silva *et al.* (2018) enunciam a relevância dos estudos da memória pela CI, os quais, segundo os autores, possibilitam uma abrangência de inúmeras tipologias de pesquisas informacionais, as quais consideram como objetos de investigação os registros informacionais e históricos dos indivíduos, dos grupos, das comunidades e das instituições e também as técnicas de preservação e de difusão.

Quanto aos aspectos da institucionalização científica, cabe ressaltar que o processo de início da Ciência da Informação no Brasil é notado na década de 50 com a implementação do curso de documentação científica no Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) e, posteriormente, com o desenvolvimento do mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia, já na década de 70, como informa Dodebei (2015).

Sobre a institucionalização científica da memória no Brasil, o mestrado na área de Memória Social “tem como precursor o mestrado em administração de centros culturais em 1986 na UNIRIO” (DODEBEI, 2015, p.48). Conforme a autora, em 1995, esse curso de mestrado passou a se chamar mestrado em Memória Social e Documento e, já no ano de 2005, agregando o nível de doutorado, efetivou-se o Programa de Pós-graduação em Memória Social.

Para tanto, de acordo com Dodebei (2015), no contexto da pesquisa científica em CI, a memória tem a sua institucionalização com a criação do GT 10 no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. O processo de institucionalização se pautou, desde a sua consolidação, na promoção de estudos e pesquisas transdisciplinares entre os campos da Ciência da Informação e da memória social, com pesquisas relativas aos conceitos, teorias e práticas no eixo informação e memória.

3.1 Apontamentos teóricos sobre memória

A ideia da memória remete aos tempos da Grécia Antiga, denominada ali por meio do termo “mnemis”. No seu estrito sentido, o termo se refere à conservação de uma lembrança. A deusa Mnemosyne, a chamada mãe das musas e deusa das Artes e da História, representava para os gregos antigos a memória, a qual seria considerada um fenômeno divino.

A memória, como abordada por Platão, apresenta-se enquanto um processo de distinção, em que o filósofo grego corrobora com a ideia de memória (*mnêma*) e de reminiscência (*anamnêsis*). Platão idealiza a memória num primeiro momento como “manutenção de um traço da alma” (PEIXOTO; OLIVIERA, 2012 p. 175), de uma determinada lembrança impressa; num segundo momento, a existência do traço na alma provocará a chama reminiscência. Nesse sentido, a memória para o filósofo grego tem dois tempos: a do seu traço e o da sua reminiscência.

No âmago do pensamento aristotélico, a memória está inerente à lembrança, à experiência e também à faculdade sensitiva. Aristóteles enuncia que é por meio da memória que o indivíduo social e o animal adquirem as experiências. Porém, só o indivíduo social consegue captar o processo de raciocínio, pois as inúmeras lembranças de um mesmo ato produzem o processo temporal de uma única experiência no respectivo indivíduo social.

É importante salientar, conforme apresentado no capítulo anterior, que várias são as disciplinas que se preocupam em estudar a memória e os seus fenômenos. De acordo com Gondar (2016), a memória se consolidou enquanto um campo de estudo, no qual inúmeras disciplinas científicas buscam promover o seu conceito e a sua definição. Conforme a autora, ao apresentarem as suas perspectivas e os seus discursos sobre a memória, essas disciplinas atravessam as suas fronteiras e oportunizam um “novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas” (GONDAR, 2016, p. 20).

Ao abordar a conceituação da chamada memória social, Gondar (2016) enuncia que essa não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente. Conforme a autora, nenhuma disciplina científica contemporânea goza de produzir o conceito da memória social, pois esse conceito é moldado no processo de problemáticas que resultam por meio desse atravessamento de disciplinas diversas. É por esse cruzamento de disciplinas que subsiste um pressuposto, que seria o do campo de estudos da memória.

Assim, por ser um campo de estudo investigado por disciplinas não apenas das Ciências Humanas e Sociais, a memória é caracterizada enquanto uma epistemologia estritamente complexa. De acordo com Gondar (2016), existe uma multiplicidade de definições provenientes dos inúmeros discursos das disciplinas e áreas que estudam a memória. A autora enuncia que é justamente por essa característica “polissêmica” que alguns desses discursos muitas vezes são contraditórios e que, por isso, não devemos considerá-los preliminarmente como equivalentes, mas que, ao mesmo tempo, essa característica polissêmica é a riqueza do campo da memória.

Dessa feita, é por meio dos seus estudos publicados entre a década de 1920 e a década de 1940 que Maurice Halbwachs (1877 – 1945) se consolidou enquanto um dos expoentes dos estudos da memória, em especial do termo memória coletiva. Discípulo de Émile Durkheim, Halbwachs, enquanto sociólogo, difundiu nos seus pensamentos a influência durkheimiana. Nesse aspecto, ele valorizou nas suas pesquisas “a concepção durkheimiana sobre a existência de relações dinâmicas entre as classificações sociais e as mentais” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 285).

No âmago das discussões da memória, considerando a memória individual, coletiva e/ou social, Michael Pollak (1948 – 1992), amparado nos estudos de Halbwachs, declara que memória, em princípio, aparenta ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio do sujeito. Mas, de acordo com o autor, é por meio dos estudos de Halbwachs, na década de 1920, que a memória pode ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo, construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações híbridas e mudanças constantes (POLLAK, 1992).

A ideia de memória coletiva apresentada por Halbwachs corresponderia às memórias que, no seu processo de consolidação e/ou construção, são amparadas por discursos e práticas coletivas, sendo que, nesse processo, elas são moldadas por grupos sociais estritamente bem definidos. Nesse aspecto, a memória coletiva corresponde a um conjunto de significados e representações sociais do passado que cada grupo social produziu ou que está em processo de produção.

Assim, a memória coletiva extrai seu respaldo e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de sujeitos sociais, que são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo. Nesse sentido, dentro desse conjunto, lembranças comuns e que se amparam umas sobre as outras atualizam lembranças que aparecerão com mais ou menos intensidade para cada um deles. Dessa feita, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Esse ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupa. E esse lugar muda segundo as relações que mantém com outros meios (HALBWACHS, 1990).

Nesse aspecto, com base em sua ideia de memória coletiva, Halbwachs evidencia que essa tipologia de memória é um fenômeno que considera as estratificações dos contextos sociais, pelos quais os indivíduos sociais estão inseridos no amago de uma sociedade. Essas estratificações sociais atuarão enquanto componentes para consolidação da memória. Assim, a memória deixa de ser individual e passa a ser coletiva. Paralelamente, ela é moldada socialmente, visto que as memórias de um sujeito social nunca são suas memórias, pois, como evidencia Halbwachs, a lembrança não pode subsistir isolada de um grupo social.

Nesse processo de consolidação, a memória é recriada ou ressignificada, pois pensar a memória é compreender como uma relação abre possibilidades, visto que, mediante uma nova situação ou novo encontro, o passado pode ser tanto recordado como reinventado (GONDAR, 2008). Nesse sentido, a história de um sujeito social pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações.

Loureiro (2015) enuncia que o delineamento da memória é composto de artefatos que integram os sujeitos sociais no centro dos coletivos humanos por meio de inúmeras interpretações e também de reinterpretações. Destarte, conforme o autor, baseando-se no estudo de Smith (1995), é necessário considerar nesse processo o papel dos “silêncios” (chamados de contra-memórias). O esquecer aqui poderá ser caracterizado enquanto um ato estritamente político, em que a reescrita e a ressignificação da memória pode criar uma relação ideológica de poder.

Assim, trabalhar com a memória é trabalhar com o tempo e, consequentemente, trabalhar com o lembrar e o esquecer. Delgado (2003, p. 10) explica que, nessa relação, os dois caminham juntos, pois é “uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história”. Esse processo será moldado pela recomposição das lembranças, diz Delgado. Para Halbwachs, a lembrança simboliza reconhecimento. Pois, como explica Schmidt e Mahfoud (1993), é reconhecimento na medida em que porta sentimento já visto. Na dinâmica de relembrar, estimulado por significados exteriores, as pessoas memoriosas ressignificam referências.

Cabe pontuar que o esquecimento e a lembrança sempre mantiveram alguma relação dentro do contexto da própria história humana. Esse fato pode ser localizado desde a Grécia Antiga, perpassando por contextos históricos como a Idade Média, o Renascimento e a Modernidade. Na história humana, foram criadas na antiguidade as chamadas mnemotécnicas, ou técnicas de memorização, que tinham o pressuposto de fortalecer a memória do indivíduo. Nesse percurso, também são criadas instituições de memória caracterizadas como os chamados gabinetes de curiosidade, museus e também monumentos. Todo esse processo estaria, diretamente ou indiretamente, inerente à busca para superação da tendência do esquecimento humano.

Enquanto componente intrínseco ao delineamento da memória, o esquecimento é um processo inevitável, a menos que os seus estratos materiais sejam preservados, diz Loureiro et al (2014), com base em Tilley (2006). Conforme os autores, as “práticas de salvaguarda desses traços materiais e construções de monumentos, no entanto, preservam memórias sempre de modo seletivo, uma vez que eliminam ao mesmo tempo parte do passado”

(LOUREIRO et al, 2014, p. 4795). Desse modo, o processo de seleção de quaisquer materiais para preservação é estritamente seletivo em detrimento de uns para com outros.

Thiesen (2013, p. 33) ressalta que a própria história das ciências é composta por esquecimentos. Em razão disso, a autora coloca a necessidade de desnaturalizar a própria noção de memória, entendida muitas vezes na literatura científica enquanto uma “mera volta ao passado, num movimento de resgate daquilo que ficou no passado”. Assim, a memória deve ser compreendida enquanto um processo de construção social e não um reservatório de dados.

No tocante à problemática da memória e da história, destacamos que, por estar interligada com os documentos, muitas vezes, a memória pode ser confundida com história, mas não o é. Sarlo (2007, p. 67) diz que a memória tem tanto interesse no presente quanto a história, mas de modo distinto. Fragoso (2006, p 32) entende que a “história cresce na memória e dela se alimenta”. De acordo com a autora, a história tem responsabilidade de preservar e dar o significado aos materiais dos fenômenos da memória, seja a memória individual, coletiva, social ou institucional.

Assim, Meneses (1992, p.22) evidencia como imprópria a coincidência direta entre memória e história. Segundo o autor, “a memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional”. Já a história seria uma forma intelectual de conhecimento.

Nesse sentido, Silva e Silva (2009, p.1) discorrem sobre a relação entre memória e história ao enunciar que, “apesar de haver uma distinção entre memória e história, essas são inseparáveis, pois se a história é uma construção que resgata o passado do ponto de vista social, é também um processo que encontra paralelos em cada indivíduo por meio da memória”. Diante disso, compreendemos que estabelecer uma relação entre memória e a história é importante, principalmente por evidenciar a polissemia disciplinar que comporta ambas as disciplinas.

3.2 Memória Institucional: um fenômeno híbrido

Pinheiro (1992) diz que, no Brasil, a questão do debate da memória é uma preocupação relativamente recente. Conforme a autora, essa manifestação começou a ser evidenciada, com maior incidência, justamente em meados da década de oitenta, época em que a preservação do patrimônio histórico e artístico se torna também uma pauta mais comum na sociedade. Nesse âmbito, gradualmente, a memória e as suas inúmeras tipologias passam a

ser consideradas, como é o caso da Memória Institucional, temática emergente, a qual tem ganhado fôlego nos últimos anos.

No contexto do Brasil, que passou por vinte e um anos de Ditadura Militar (1964 – 1985), onde o Estado controlava totalitariamente a rede de mecanismos de comunicação e informação na qual operavam inúmeras instituições e órgãos nacionais, o debate é bastante relevante ao considerarmos os aspectos institucionais que contornavam esse acontecimento.

No Brasil, vemos hoje o debate público em torno dos desaparecidos na época da chamada Ditadura Militar. Com a censura aplicada aos meios de comunicação oficiais e extraoficiais, o funcionamento das instituições naquele período escondeu toda uma série de acontecimentos políticos que hoje circulam nos mesmos meios de comunicação agora livres do controle ditatorial, mas ainda assim sujeitos às disputas políticas da memória. É assim que arquivos até então inacessíveis aos pesquisadores são abertos paulatinamente, as duras penas, num jogo de pressão entre forças, à comunidade usuária, sejam os familiares dos desaparecidos no período em questão, sejam os representantes do Grupo Tortura Nunca Mais, e outros (THIESEN, 2013, p. 35).

Considerando aspectos institucionais e históricos, o debate da Memória Institucional está inerente a processos históricos, como a abertura dos arquivos da Ditadura Militar e também a processos mais recentes e específicos, como os da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Neste último, a investigação recai sobre a atuação de instituições e dos sujeitos institucionais dentro do meio social, em que a Memória Institucional é um debate indissociável por considerar todo o acervo institucional das instituições investigadas. Assim, concordamos com Assmann (2011, p. 368) que o “controle do arquivo é o controle da memória. Depois de uma mudança de poder político, a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação”

Desse modo, a temática da Memória Institucional ganha mais impulso no âmbito nacional desde a redemocratização, por meio da Constituição Federal de 1988, com a lenta e gradual abertura dos arquivos secretos da Ditadura Militar e também com legislações específicas como a Lei de Arquivos Brasileira e a Lei de Acesso à Informação, essa última de novembro de 2011. Esse panorama, intrínseco ao debate da Memória Institucional, possibilitou à sociedade acessar as informações, para então conhecermos a nossa identidade histórica e disponibilizar tais informações de maneira transparente.

Ao mesmo tempo, o advento dos chamados centros de memória dentro de empresas, de organizações não governamentais, museus e demais instituições de caráter público-privado impulsionou também um debate sobre a temática da Memória Institucional. Essas instituições

são caracterizadas enquanto entidades híbridas, visto que são compostas por meio de acervos heterogêneos, dos mais diversos suportes documentais. De acordo com Santos (2018), os centros de memória podem disseminar a difusão de saberes e funcionarem enquanto núcleos de formação e preservação.

Os centros de memória foram cada vez mais usados e absorvidos por diversas entidades como universidades, empresas e órgãos públicos em geral. Essas instituições voltam-se para a constituição da sua própria história, entendendo que a preservação dessas informações pode servir como um capital de conhecimento através da composição de uma memória institucional e coletiva (SANTOS, 2018, p. 83).

Conforme o autor, a implantação dos centros de memória no Brasil está associada ao debate das memórias coletivas e institucionais. Esse movimento, que tem início na década de oitenta, viabilizou a criação dos centros de memória ou o desenvolvimento dos departamentos de centros de memória, provocando no âmbito das instituições e das empresas uma preocupação com a história institucional, pois esse fato emergente revelou ações das instituições visando à preservação da cultura e da identidade das organizações, diz Santos (2018).

No tocante ao contexto científico, cabe pontuar que existe no movimento da Memória Institucional, ainda em sua gênese, a ideia de que ela começa a emergir, principalmente pelo advento de alguns estudos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, por volta da década de 1970. Em seu artigo *Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica*, Parrela e Nascimento (2019) discutem esse movimento ao abordarem que a Memória Institucional:

Começou a ser tratada de forma sistemática a partir da década de 1970, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória. Nesse momento, principalmente nas empresas, percebeu-se que para seu crescimento era importante registrar e preservar sua memória, ou seja, criar lastro para seus produtos e serviços (PARRELA E NASCIMENTO, 2019 p. 181).

Os estudos da memória, como dito, desempenharam uma importante reflexão no tocante aos mecanismos da sociedade, desde seus sujeitos até as suas próprias instituições. As instituições executam aqui um importante papel no processo de identidade histórica e cultural social. Vistas pelas lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivaram como maneiras de pensar, diz Thiesen (2013).

Diante disso, Marques (2007) também reflete sobre essa importância, considerando os atores ativos desse processo:

A partir do momento em que se começa a pensar na importância de se consolidar lugares de preservação da história e da memória institucional, com métodos, estratégias e objetos bem definidos, pautados em princípios organizacionais, históricos, arquivísticos e museológicos, a organização compromete-se a desenvolver, junto com a sociedade e os personagens que entremearam sua trajetória, um espaço que permita a reflexão e autoconhecimento institucional (MARQUES, 2007 p. 20).

Nesse sentido, é importante ressaltar a aproximação da ideia de Memória Institucional com a Memória Organizacional Histórica (MOH), Memória Organizacional (MO) ou até mesmo com a Memória Empresarial (ME). Parrela e Nascimento (2019) discutem essa diferença e sistematizam a Memória Institucional realizando um recorte com a Arquivologia e as instituições arquivísticas, fazendo assim uma relação de instituição com organização e a ocorrência da memória.

A Memória Organizacional Histórica tem, por exemplo, o objetivo de recolher, preservar e disseminar, de uma forma sistemática, os recursos do conhecimento da trajetória de uma organização, aproximando-se de uma ação da Gestão do Conhecimento (GC), diz Estevão e Strauhs (2013). Autores da área de Administração também aproximam a questão da Memória Institucional da ideia da MOH. Sawy *et al.* (1986, p. 118, tradução nossa), ao refletir sobre Memória Institucional, explica que as ideias e perspectivas derivadas do exame da história organizacional podem fornecer valiosas informações na gestão de organizações.

A empregabilidade técnica do termo Memória Institucional também demonstra uma aproximação com o termo da MOH. O *Glossary of Archival and Records Terminology* (2005, tradução nossa) define Memória Institucional como as informações contidas nas lembranças e experiências pessoais dos funcionários que fornecem uma compreensão da história e da cultura de uma organização.

É nesse sentido que a Memória Institucional é habitualmente associada à Memória Organizacional. Contudo, ambas as ideias, apesar de próximas, divergem-se, visto que a Memória Institucional abrangeria a Memória Organizacional, mas não ficaria limitada a ela (PARRELA; NASCIMENTO, 2019). A Memória Organizacional seria, para esses autores, uma memória mais técnica e facilmente identificável.

Assim, Parrela e Nascimento (2019 p. 180) enunciam que o pressuposto da Memória Institucional “diferentemente da Memória Organizacional, não quer simplesmente organizar

processos, procedimentos ou tarefas, mas sim apreender seu significado e sua personalidade, evidenciando sua posição e seu papel na sociedade”. Isso porque a Memória Institucional seria um componente no processo de construção da identidade institucional e ela exerce nesse processo uma responsabilidade social para com a instituição e sociedade a qual pertence.

É importante acentuar que as instituições se caracterizam como organizações normativas e especialistas, uma vez que suas diretrizes estão inseridas no fator humano, produtos e serviços com viés social, valores e missão que tem a empatia da sociedade. Por outro lado, as organizações são utilitárias e não especialistas no seu segmento, preocupadas com questões de produtividade, lucro e relacionamentos (SANTOS, 2019). Essa diferença é abordada por autores na Ciência da Informação que tratam da Memória Institucional, como Thiesen (2013) e Parrela e Nascimento (2019), justamente pelo grau de aproximação entre instituição e organização.

Icleia Thiesen, com a sua obra intitulada “Memória Institucional” (2013), fruto da sua tese *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica* (1997), contribui significativamente para a seara das discussões sobre Memória Institucional, ultrapassando assim as fronteiras disciplinares da Ciência da Informação ao discutir os olhares filosóficos do fenômeno.

Thiesen deixa evidente que é pela memória que as instituições se reproduzem no seio da sociedade, retendo apenas as informações que interessam ao seu funcionamento (THIESEN, 2013). Compreendendo que viver em sociedade é exercer relações de poder, a autora se ampara na obra do filósofo Michel Foucault para firmar a relação do saber-poder frente ao processo de institucionalização das relações sociais. Para Thiesen, os mecanismos de verdade de uma sociedade, onde o poder se exerce, estão alicerçados também na memória, que passa por determinados discursos.

A sociedade e seus mecanismos não podem se dissociar da instituição, já que, segundo a autora, os indivíduos sociais e suas práticas formalizam a instituição. Para Thiesen, esse “campo social” é fundamental para a discussão da Memória Institucional, visto que ele se caracteriza enquanto o *locus* institucional. Nesse sentido, a autora discorre que é “fundamental que possamos identificar as condições históricas que tornaram possível a atualização das instituições, quais quer que sejam, num determinado campo social” (THIESEN, 2013 p. 189).

Ao encarar a memória por meio de algumas modalidades, seja a memória-arquivo, memória-caos ou memória-hábito, Thiesen evidencia que o fio que amarra a memória à

instituição é o tempo. Nesse sentido, a autora esclarece que o tempo é um elemento que carrega substratos do presente. Além do mais, ele traz consigo as marcas do esquecimento.

Ao estabelecer o tempo enquanto uma moldura da Memória Institucional, Thiesen identifica que a Memória Institucional é um regresso dos marcos e acontecimentos, oportunos ou não, embutidos no percurso temporal da instituição, o qual considera aspectos sociais e informacionais. É nesse sentido que a Memória Institucional não se limita à Memória Histórica, pois essa última considera oferecer “uma construção lógica e inventada do passado” (SCHMIDT E MAHFOUD, 1993 p. 293). Seria uma preservação inventada da história da humanidade, como aborda os autores.

Dado o exposto, indagamos: como a Memória Institucional será evocada ou preservada? Para tentar responder a essa problemática, baseamo-nos neste estudo na concepção exploratória de que, para ser preservada ou evocada, a Memória Institucional se ancora em elementos sociais e informacionais, tangíveis e intangíveis. Em outras palavras, são esses elementos que atualizam a Memória Institucional. Nesse caso, designamos como componentes da Memória Institucional esses elementos, para fins exploratórios da nossa investigação.

Assim, os componentes da Memória Institucional serão os elementos que capturam ou ressignificam as memórias da instituição desde sua gênese. Na perspectiva do tempo da instituição, serão ressignificadas as informações e lembranças dos acontecimentos e marcos que legitimam historicamente a instituição, que poderão ser evocados a qualquer momento por uma atualização do sujeito social frente à própria Memória Institucional da instituição.

A Memória Institucional se ancora nesses componentes, tangíveis e intangíveis, caracterizando-a assim enquanto um fenômeno híbrido. Serão os sujeitos que carregam seus hábitos, suas lembranças e informações. Também serão os espaços e objetos da instituição mediados pelo acervo institucional, pelas unidades de informação, pelo repositório institucional e o patrimônio institucional.

No tocante aos sujeitos institucionais, esses refletem no interior da instituição uma validação dos hábitos sociais por meio do desempenho das suas práticas institucionais. Eles funcionam como mecanismos de acesso mútuo dos hábitos sociais para com a instituição: são sujeitos internos e externos à instituição. Assim, a Memória Institucional está intrínseca à teia social, visto que as instituições são práticas e os agentes e atores institucionais experienciam tais práticas, por meio das quais constroem, modificam e desconstroem as instituições (THIENSEN, 2013).

Isso posto, é nesse percurso que esses sujeitos contemplam o processo de construção da instituição e, concomitantemente, moldam a Memória Institucional, pois o “comportamento e a prática é quem fazem as instituições e definem o caminho do processo de institucionalização” (THIESEN, 2013, p. 30). Desse modo, é por meio dos sujeitos que poderemos compreender as práticas de preservação da instituição, os acontecimentos e marcos significativos no âmbito institucional, a relação entre a instituição e a sociedade à qual pertence, como a difusão cultural.

Os sujeitos institucionais carregam consigo as experiências dos acontecimentos da instituição e empregam aos fatos suas cargas de representação e significado. Thiese (2013) verifica que a instituição é algo que se desprende de um fundo, que seria para ela um acontecimento, a qual vai se modificar e funcionar como evidência. Portanto, os sujeitos institucionais são componentes importantes para Memória Institucional, na medida em que eles que realizam e também percebem esses acontecimentos dentro de uma esfera semântica e pragmática de suas vivências.

Destarte, as informações e lembranças de tais sujeitos nem sempre carregam o que é oportuno para a instituição. A memória é um processo que, ao mesmo tempo em que seleciona, também esquece ou silencia. Nesse sentido, a instituição também tem seu regime de verdade, pois ela também é produtora das suas próprias memórias, diz Thiesen (2013). A instituição seleciona os discursos que faz circular como verdadeiros: o que deve ser produzido, selecionado, preservado e recuperado, bem como aquilo que deve permanecer em silêncio (THIESEN, 2013, p. 194).

No que tange aos objetos e espaços institucionais, cabe pontuar que a instituição cria esses espaços e dispõe de tais objetos durante o seu percurso temporal. As unidades de informação, acervo institucional, repositório institucional e o patrimônio são componentes que refletem o processo de institucionalização da instituição. Em algum momento, aquele espaço foi idealizado pela instituição ou aquele objeto foi posto, naquele plano, com um propósito, um objetivo.

Assim, será por meio da missão institucional e também das experiências dos seus sujeitos que poderemos entender a dinâmica desses espaços e objetos no ambiente institucional. Thiesen (2013) aborda que a Memória Institucional se revela pelas marcas, que serão ideias corporificadas na instituição. Essas marcas serão conservadas em “materiais da cultura” de acordo com a autora. Em um sentido mais amplo, serão documentos e os bens considerados patrimônios da instituição.

Desse modo, compreendemos em Gonçalves (2003) que o patrimônio é usado para simbolizar, representar, comunicar e agir. No âmbito institucional, a constituição desses espaços e desses objetos patrimoniais é refletida na identidade e na Memória Institucional. É preciso entender principalmente o sentido desses lugares para preservação da memória da instituição.

Thiesen (2013) chama atenção para o fato de que a Memória Institucional é produzida e reproduzida nos registros que integram diferentes arquivos. Isso porque são “informações fragmentadas que podem, a qualquer tempo, de acordo com o seu grau de organicidade e de recuperabilidade, ser utilizadas como dispositivo identificatório” (THIESEN, 2006, p. 23). Quando a autora aborda a chamada memória-arquivo, ela não limita seu uso à memória de um arquivo ou de documento, mas à materialização da memória em algum suporte, a qual será um dispositivo identificatório.

Dado o exposto, a Memória Institucional é um fenômeno complexo. Ela comporta não só a instituição, mas os seus pares. Assim, os componentes dessa tipologia de memória são híbridos, pois contemplam elementos materiais e abstratos. A instituição para a Memória Institucional sempre será compreendida enquanto um caleidoscópio, pois, como exposto por Thiesen (2013), para se investigar a Memória Institucional, será necessário extrair matrizes que tornaram possível a emergência da instituição.

4 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB): O ADVENTO INSTITUCIONAL E SEU DESMEMBRAMENTO AOS INSTITUTOS HISTÓRICOS LOCAIS

Designado ao eminente papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (SCHWARCZ, 1993, p. 99), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) concebe a sua fundação precisamente no contexto de pós-Independência do Brasil, em 21 de outubro de 1838, no Rio de Janeiro. Nascia naquele momento da História a mais antiga entidade de fomento à pesquisa histórica e geográfica do Brasil.

A sua consolidação institucional firmaria ali a ideia de se promover uma identidade nacional, justamente pelo contexto histórico de pós-Independência. Promover uma identidade nacional, amparada pelo viés de uma historiografia produzida e reproduzida por uma academia de estudos históricos como o IHGB, seria uma condição intrínseca ao processo de construção e consolidação do Estado Nacional, outrora em vigor. Oliveira (1996, p. 29) observa que, “no Brasil, apesar de todo o seu passado colonial, e até mesmo por isso, a construção de uma história nacional ligada à formulação de uma identidade brasileira está intimamente ligada à formação, em 1822, do Estado Nacional Brasileiro”.

Desse modo, a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estaria eminentemente vinculada com o projeto do Estado Nacional e a historiografia do Instituto atuaria enquanto um instrumento para o desenvolvimento de tal propósito político. Nesse ponto, Schwarcz (1993, p. 104) aborda que “o instituto é de alguma forma filho dileto de um espírito de época que nesse momento se difunde”. A institucionalização do IHGB norteia o processo de materialização desse propósito político, o qual garantiria importantes relações de convergências entre a entidade do IHGB e o Estado.

Aliada a outras instituições nacionais, como a Academia de Belas Artes e o Arquivo Nacional do Brasil, a primeira fundada em 1816 e a segunda em 1838, o IHGB participava de um projeto de fomento à produção de bens simbólicos no contexto nacional. Essas instituições de memória, cultura e saber estariam atuando em prol de um projeto que viabilizava a circulação desses bens simbólicos para um público letrado.

Junto ao Colégio Pedro II, ao Arquivo Nacional e à Academia Nacional de Belas Artes, fazia parte de uma “economia do nacional” que determinava a “produção, circulação e consumo de bens simbólicos” com o objetivo de manter a ordem. Cada um atuou em uma área, da qual nenhum outro

prescindia, sendo todos fundamentais para homogeneizar, o máximo possível, uma realidade histórica tão diversificada em todos os seus aspectos. (OLIVEIRA, 2003, p 2).

Destarte, no processo de centralização do Estado, outras instituições voltadas para o desenvolvimento de estudos técnicos, em áreas como a agricultura, seriam fundadas. É o caso da Sociedade Auxiliadora da Indústria (SAIN), que, naquele momento, foi consolidada pouco antes da fundação do IHGB, em outubro de 1827, por intermédio de D. João VI. A SAIN, entidade voltada para os interesses da agricultura e do comércio do Império, foi uma instituição importante para consolidação do IHGB, tendo em vista que foi dentro dessa instituição que se germinou a proposta para criar uma academia propícia aos estudos históricos e geográficos no Brasil.

Cabe ressaltar outra instituição relevante para o processo de formação do IHGB, o chamado Instituto Histórico de Paris (IHP). O instituto parisiense consolidou um modelo institucional que foi levado pela cúpula de fundadores do IHGB para a sua formação na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1833, em Paris, pelo escritor e jornalista Eugène Garay de Monglave, que tinha importantes laços com o Brasil e certa afeição à figura de D. Pedro I, o Instituto Histórico de Paris nasce, assim como o IHGB, num cenário de pós Revolução Francesa.

A herança, quase genética, está na origem francesa, especialmente do Instituto Histórico de Paris, fundado em 1834, que manteria um imenso contato com o IHGB, o que já pode ser verificado na fase inicial do empreendimento parisiense do qual brasileiros participaram. Essa atuação verificaria no instituto brasileiro e, de forma mais ampla, na vida intelectual brasileira do século XIX. Assim, proclamava-se que, com base na história, seria possível aprender a fórmula para não comprometer a marcha do progresso social (DIEHL, 1998, p. 28).

No contexto de rupturas política, sociais e culturais na França, por todo o desmembramento da revolução de 1789, o Estado passava a se preocupar progressivamente com os estudos historiográficos e com o recolhimento e também com a organização dos documentos de valor histórico, passando desse modo a criar instituições de memória como arquivos, bibliotecas e academias voltadas para subsidiar os estudos históricos desempenhados pelos homens das letras.

O surgimento de instituições como o IHP também estaria atrelado ao movimento iluminista, com advento na Europa do Século XVIII, mas que ainda estaria impulsionando a emergência do chamado pensamento humanista, além de valorizar o saber científico e as

ideias reformistas no âmbito das instituições de pesquisa até meados do Século XIX. O instituto parisiense surge nesse quadro de ideias reformistas. Conforme Carraro (2017), o IHP tinha o objetivo de estudar o desenvolvimento das instituições e da humanidade, pois, desde a reconstituição de tempos remotos, poderia anunciar a direção do futuro da humanidade, explicitando sua clara relação com os pensamentos iluministas.

Assim, o período de surgimento do Instituto Histórico de Paris é essencial para a exploração dos seus objetivos de pesquisa histórica-social, conforme aponta Carraro (2017, p. 51), ao afirmar que, nesse período, instaurou-se uma nova estrutura intelectual que permitiu o desenvolvimento de pesquisas históricas e sociológicas, em que o homem passou “a ser definitivamente objeto do conhecimento científico”. Esse pensamento influenciará o aparecimento ou a sua predominância de ideias em universidades, instituições de pesquisas e academias voltadas para os campos de conhecimento comuns aos da história.

Compreende-se, como posto por Silva (2020, p. 50), que o modelo institucional francês foi transnacionalizado para o instituto brasileiro. Isso explica sua relevância para o IHGB. De acordo com o autor, amparado pela obra de Canclini, no âmbito dos aspectos culturais que tratam da hibridização, essa transnacionalização aplicada ao âmbito das instituições seria “uma prática salutar na perspectiva da emergência e do alargamento das instituições de memórias em outros espaços, tornando-as universais e possibilitando o estreitamento de seus laços com diferentes sociedades”. A convergência entre ambas as instituições seria percebida pelas práticas institucionais difundidas, do modelo de produção historiográfica que, apesar de distinto, persistia com a similaridade na Revista do IHGB e no processo de centralização do Estado, o qual considerava as instituições no momento das suas respectivas fundações. Sobre este último ponto, Guimarães (1988) aponta que:

As semelhanças com o modelo francês parecem bastante evidentes: da mesma forma que as academias literárias e científicas provinciais francesas do século XVIII articulavam-se na teia mais ampla do processo de centralização levado a cabo pelo Estado, sediado em Paris, do Rio de Janeiro as luzes deveriam expandir-se para as províncias, integrando-as ao projeto de centralização do Estado e criando os suportes necessários para a construção da Nação brasileira. (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

O processo de centralização do Estado, no âmbito da França e do Brasil, impunha tanto ao IHP quanto ao IHGB o desenvolvimento de academias e instituições em níveis provinciais e regionais. Tais academias e instituições em níveis locais seriam componentes do mesmo processo de centralização do Estado que ora considerou a formação do instituto

parisiense e do instituto brasileiro. Seria um projeto de descentralização dessas instituições pilotos. Os mediadores desse processo seriam formalmente os seus fundadores e seus sócios posteriores, os quais muitas vezes dispunham de vínculos diretos com o Estado.

É importante apontar que o modelo institucional entre ambas as instituições seria convergente, mas o processo de escrita histórica seria gradualmente divergente em ambos os locais. Em Paris do Século XIX, a escrita e a disciplinarização da história seriam produzidas majoritariamente por meio do espaço universitário, fazendo essa visão metodológica influenciar a produção do IHP. No Brasil, na mesma época, esse ofício estaria ainda zelosamente preservado dentro dos muros de academias, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além disso, seu acesso seria restrito e regulado por critérios que passariam pela teia das relações do poder social (GUIMARÃES, 1988).

No contexto da formação do IHGB, a história precisaria ser escrita, mas essa história não iria se consolidar sem fontes históricas e não se escreveria história sem um processo de pesquisa, aponta Sobral (2019). Foram organizadas expedições científicas com o objetivo de coletar fontes documentais históricas, assegurando desse modo, o amparo ao projeto de historiografia na qual seria produzida pelos sócios do instituto. Assim, “documentos foram coletados, livros reunidos e uma revista foi criada”. (SOBRAL, 2019, p. 16). Nesse sentido, foi colocado em curso o objetivo maior: criar e difundir uma história nacional por meio de uma instituição de memória.

Para disseminar o resultado das pesquisas, era preciso uma publicação. Dessa proposta, origina-se a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), publicada, com seu primeiro número, em 1939. Na Revista, seriam registradas todas as atividades institucionais, incluindo: eventos e datas comemorativas; biografias do quadro social do instituto e de personagens ilustres da história da pátria; resenhas de obras; e as discussões de eventos históricos, de limites geográficos e questões indígenas também estavam nas páginas da revista.

A Revista do IHGB tinha como objetivo servir como um instrumento importante ao processo de produção de um saber histórico, visto que seria por meio dela que esse saber seria disseminado gradativamente. Porém, para promover tal saber, ela teria que seguir uma perspectiva significativamente específica:

O projeto do grêmio carioca previa, portanto, além de um levantamento documental, a afirmação de uma perspectiva teórica. Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na

revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Com efeito, o saber produzido pela Revista do IHGB não ia ao encontro das normas padrão do mundo acadêmico. No âmbito do Instituto, “não havia lugar para uma divisão mais apurada do trabalho intelectual, destinava-se ao culto à ciência o mesmo fervor com que se veneravam as artes” (CÂNDIDO, 1959, p. 10, apud SCHWARCZ, 1993, p. 104). O objetivo da Revista IHGB estaria estreito com as ideias de uma elite intelectual e econômica, a qual seria a de promover a grandeza da pátria e de seus personagens. Para desenvolver esse objetivo, os primeiros sócios não pouparam esforços.

Como apresentado, a institucionalização do saber do histórico produzido pelo IHGB era o de construir uma história do Brasil e, consequentemente, para isso, e talvez por isso, esse projeto foi financiado diretamente pelo próprio Império. Nesse contexto, essa produção escaparia às regras e às injunções acadêmicas, conforme Guimarães (1988). Todo o projeto de produção da Revista do IHGB se concentrava exclusivamente na consolidação dessa história nacional, e afastava a possibilidade de um diálogo com outros interesses intelectuais.

Temáticas com viés social, como a temática racial, seriam introduzidas de forma gradativa aos interesses da Revista do IHGB, mas “privilegiando um prisma bastante específico” (SCHWARCZ, 1993, p. 100). De acordo com a autora, a imagem do indígena era a de um ser corrigível mediante a catequese, a qual resgataria esse indígena de uma situação “bárbara e errante”. Ainda conforme Schwarcz (1993), a questão da população afro-brasileira era tratada no mesmo aspecto. Mesmo participando de um “estado ainda mais inferior”, como coloca a revista, ela teria um direito à humanidade.

No tocante ao aparato dado pelo Estado para a fundação e manutenção do IHGB, cabe pontuar que esse seria um componente essencial para o desenvolvimento dessa instituição, da mesma forma que seria essencial também para os Institutos Históricos locais. Assim, desde a execução de atividades como coleta de fontes históricas, pesquisas exploratórias em níveis regionais, nacionais e internacionais, até a doação de materiais patrimoniais para o instituto seriam tuteladas direta e indiretamente pelo Estado. O IHGB manteria dessa forma um vínculo duradouro com o Estado, para arcar com tais recursos financeiros e patrimoniais.

No âmbito dos chamados Institutos Históricos provinciais, os quais, gradualmente, após a Proclamação da República, em outubro de 1889, seriam designados como institutos locais, é importante assinalar que o IHGB se consolidou enquanto uma entidade central, que, estabelecida na capital do Império, o Rio de Janeiro, provocou o movimento de

desmembramento de tais Institutos Históricos locais pelo Brasil. Desse modo, o modelo carioca era central e legitimador dos institutos locais.

Conforme Schwarcz (1993), ao instituto carioca, coube o papel de demarcar espaços e promover respeitabilidade nacional. Já para os institutos locais, coube o papel de garantir as suas especificidades regionais e definir certa hegemonia cultural. Nesse sentido, Guimarães (1988) aponta que esse movimento de desmembramento se organizou incentivando, a fundação de institutos nas capitais com o também propósito de canalizar de volta para a capital do Império todas as informações possíveis sobre as diferentes regiões brasileiras.

Uma das políticas mais importantes empreendidas pelo IHGB foi o incentivo para a constituição de Institutos Históricos locais. A idéia, defendida pelo IHGB é que os Institutos Históricos localizados fariam a História da Província onde estivesse situado e a remeteria para o Brasileiro. Assim, com a soma das partes, seria feita a história nacional. Essa política não foi atendida instantaneamente. Mas, com o decorrer dos anos e, sobretudo, após a República, os vários Institutos Históricos foram criados (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

O primeiro Instituto Histórico a ser consolidado após a fundação do IHGB é o chamado Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE), fundado vinte e quatro anos após o Instituto Nacional, em 1862, na então capital do Pernambuco, em Recife. No mesmo período, em 1869, é fundado o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Com a fundação do IAHGPE e do IHGAL, surgiram inúmeros institutos locais, corroborando assim com o resultado do processo de desmembramento do instituto central da capital do Império.

No Quadro 3, a seguir, é demonstrado todo o processo cronológico de desmembramento dos Institutos Históricos desde o seu instituto central, o IHGB, até o Instituto Histórico e Geográfico do Amapá (IHGAP), fundado em 1987, sendo desse modo o último Instituto Histórico fundado nesse processo.

Quadro 3 – Cronologia da Criação dos Institutos Históricos do Brasil

Instituto	Fundação
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	1838
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP)	1862
Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL)	1869
Instituto do Ceará (IC)	1887
Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGBA)	1894
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)	1894
Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC)	1896
Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR)	1900
Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGPA)	1900
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN)	1902
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)	1905
Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG)	1907
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE)	1912
Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES)	1916
Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGAM)	1917
Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI)	1918
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso (IHGMG)	1919
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)	1920
Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGMA)	1925
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGGO)	1937
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGRJ)	1957
Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHGDF)	1964
Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS)	1978
Instituto Histórico e Geográfico do Amapá (IHGAP)	1987

Fonte: Adaptado de Silva (2020).

Alguns desses institutos modificariam discretamente a sua nomenclatura, como no caso do Instituto do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, fundado em 1862, sendo esse o segundo instituto no Brasil e o primeiro no Nordeste. No caso do IAHGP, essa diferença na nomenclatura expressava apenas uma formalidade, visto que, no contexto da produção dos artigos do instituto, não se concentrava um interesse aprofundado sobre a temática em si. Neste ponto, Schwarcz (1993) destaca que os artigos que especificadamente apresentavam a temática arqueológica correspondiam a cerca de 2% do total da produção historiográfica do instituto.

Notando uma relação recíproca entre o IHGB e os institutos locais, Schwarcz (1993) pontua também que o IAHGP era fruto de uma “elite rural” e que, mesmo tradicional na sua região naquela época, estaria em decadência. A autora chama atenção para dominação desse tipo de elite, incorporada enquanto sujeitos ativos no processo de fundação dos Institutos Históricos locais. Assim como nos demais institutos locais, aqui o ofício científico também não seria um fator de exigência, pois a relação com essa “elite rural” seria um fator relevante para se tornar membro do instituto:

[...] para se tornar membro efetivo do IAHGPE não era necessária qualquer comprovação de trabalho científico ou mesmo competência intelectual, bastava a apresentação formal do candidato por parte de algum sócio. Radicalizavam-se, portanto, características já presentes no IHGB, mas que nesse caso apareciam ainda mais explicitadas. Perpetuava-se uma espécie de sociedade de escolhidos, uma agremiação abastada que se incumbia de resgatar fatos e personagens da história local, para por meio deles reificar a imagem das elites agrárias locais (SCHWARCZ, 1993, p. 118).

Tomando como exemplo o caso do Instituto Pernambucano, os Institutos Históricos no Nordeste foram entidades pioneiras no processo de produção historiográfica nas suas respectivas regiões, sendo também as primeiras na produção de “conhecimentos voltados para a valorização da cultura regional” (SILVA, 2020 p. 74). Ao mesmo tempo, o contexto do surgimento dos Institutos Histórico no Nordeste incentivaria também uma prática que se tornou gradualmente recorrente durante o período do Império: a da produção de um saber histórico desassociado da cidade do Rio de Janeiro.

Outro instituto expressivo que seguiria o processo de desmembramento do IHGB seria o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado no ano de 1894, na cidade de São Paulo. No caso do instituto paulista, Schwarcz (1993) aponta duas missões propostas por seus sócios-fundadores: a primeira em que ele seguiria o mesmo modelo

institucionalizado pelo IHGB; e uma segunda em que esse instituto também se encarregaria de destacar por meio da sua produção e atuação na sociedade uma “especificidade paulista”.

Com a frase “a história de São Paulo é a história do Brasil”, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo estaria ali gerando uma provocação ao fato de o instituto carioca ser o “instituto do Brasil” com base em sua autodenominação. Concomitante a esse antagonismo institucional entre ambas as instituições, as novas mudanças no cenário econômico nacional, que privilegiavam São Paulo frente à decadência da indústria cafeeira carioca em meados do Século XX, produziam novos dilemas ou embates no âmbito interno do IHGB e do IHGSP, gerando assim um antagonismo entre elas.

De acordo com Schwarcz (1993, p. 126), esses novos dilemas estariam aliados ao objetivo do instituto paulista de promover uma identidade paulista, concentrando-se em “buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo”. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo se proporia assim, como muitos dos institutos locais, a formular uma historiografia com seus traços específicos.

Tais traços ficariam evidentes na forma como a revista do IHGSP trataria determinados assuntos históricos, como a questão dos bandeirantes, a qual seria tratada ali como bastante afeição. O tema da *Era dos Bandeirantes* “estava presente nas revistas de forma reiterada, sendo resgatada como metáfora de uma identidade mais propriamente paulista” (SCHWARCZ, 1993, p. 127). Assim, o instituto paulista também recorria de forma estritamente efetiva a sua produção historiográfica, como o vinha sendo realizado pelo IHGB e IAHGPE, enquanto canal para “resgatar” e monumentalizar símbolos da história local.

Desse modo, o processo de desmembramento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro para as demais regiões do Brasil, incluiria um modelo institucional que contemplasse a produção de identidades regionais e de historiografias com traços notadamente marcantes em alguns institutos, como foi o caso do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Além da sua produção historiográfica, seriam esses Institutos Históricos designados enquanto os “guardiões da memória”. Conforme Schwarcz (1993, p. 99), esses institutos se encarregaram de cumprir o ofício monumental de “colligir, methodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional. No bojo dos institutos, eram organizadas internamente unidades de informação integradas por coleções dos

sócios, seções de obras raras, hemerotecas e mapotecas, onde estão armazenadas diversas fontes documentais dos diferentes períodos da história no âmbito regional e nacional.

Assim, idealizadas como instituições de memória, as quais possibilitam o acesso a diversos documentos e fontes históricas, os Institutos Históricos se constituíram enquanto espaços importantes para a manutenção da memória nacional. Concorde-se com Silva (2020) ao enunciar que existe uma compatibilidade entre essas instituições, em que se evidencia na sua atuação no âmbito da produção historiográfica e na salvaguarda da memória nacional, esta última materializada nos acervos documentais públicos custodiados pelos institutos.

4.1 O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: uma instituição de memória secular

Como observado no capítulo anterior, a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro impulsionou precisamente, desde a segunda metade do Século XIX, o desmembramento dos Institutos Históricos locais no âmbito nacional. Nesse processo, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano estabelece a sua fundação em sete de setembro de 1905, na então capital da Parahyba do Norte. O sete de setembro foi à data ideal para a fundação da entidade em razão das comemorações republicanas, a qual seria, por esse mesmo motivo, uma data particularmente simbólica para os seus fundadores. Posteriormente, foram organizados os estatutos do instituto por meio de uma subcomissão acompanhada pelos sócios-fundadores:

Uma subcomissão foi escolhida para elaborar o projeto de estatutos do IHGP constituída por Flávio Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, João Machado da Silva, João de Lyra Tavares, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Irineu Ferreira Pinto. Projeto que foi aprovado em 12 de outubro de 1905, quando o Instituto Histórico foi definitivamente instalado (OLIVEIRA, 2011 p. 40).

De acordo com o seu Estatuto Social, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é caracterizado enquanto uma entidade privada e sem fins lucrativos, mas de interesse público, considerando que é uma instituição que detém a custódia de fontes e documentos públicos e de pessoas públicas. A sua missão institucional, vigente logo no início do seu processo de fundação, concentrou-se desde esse início em promover e divulgar, no âmbito local e regional, estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como das suas áreas correlatas. Assim, por meio da missão institucional, o IHGP se firmaria enquanto uma instituição preocupada com a concepção da história da Paraíba.

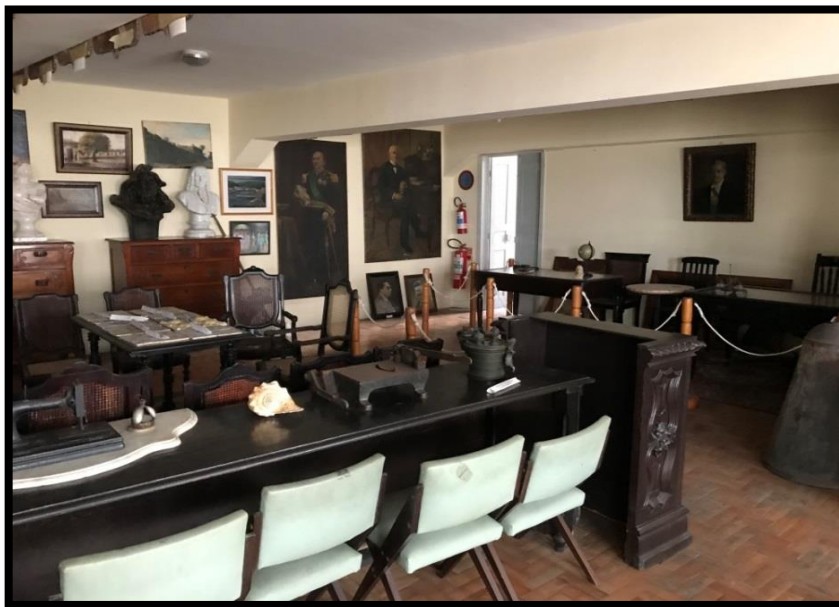
Todavia, “a necessidade de formulação de uma história paraibana começou a ser veiculada nos jornais na passagem da Monarquia para a República” (OLIVEIRA, 1996 p. 35). Isso significa que, décadas antes da fundação do IHGP, já se originava a ideia de se produzir uma história da Paraíba. O IHGP nasce exatamente com essa proposta: escrever uma história da Paraíba, para além também da organização das fontes históricas da Paraíba e das regiões vizinhas ao estado, a qual seria condição inerente à formação dos Institutos Históricos locais como um processo que gradualmente promoveria o acesso dessas fontes custodiadas pelos institutos à sociedade.

Nesse sentido, enquanto instituição de pesquisa voltada ao campo da História e da Geografia e também de áreas correlatas, e seguindo a proposta promovida pelo IHGB no Rio de Janeiro, o instituto paraibano desenvolveria desde as primeiras décadas o processo de coleta de documentos, de livros, de itens museológicos e demais fontes documentais de interesse histórico para a Paraíba. Desse modo, promoveria também enquanto entidade de memória a organização e a preservação do acervo de fontes documentais coletadas no decorrer da sua trajetória institucional.

O instituto é internamente constituído pelas seguintes unidades de informação: o Arquivo Flávio Maroja, a Biblioteca Irineu Pinto e o Museu João Pessoa. Ao longo de mais de um século de trajetória institucional, o Instituto reuniu um acervo expressivo com documentos datados do período colonial, imperial e republicano, fomentando assim um relevante acervo informacional para a história local, regional e nacional. A documentação se encontra acondicionada em estantes, gavetas e em arquivos de aço, que também contempla uma mapoteca e a hemeroteca do instituto.

A biblioteca reúne mais de trinta mil títulos, incluindo livros, folhetos, jornais e a Seção de Obras Raras do IHGP (GUIMARÃES, 2005). O museu é constituído com peças museológicas de valor histórico, como uma parte expressiva do mobiliário do ex-presidente do estado João Pessoa e itens museológicos como espadas, medalhas e condecorações. Também se integra ao museu a Pinacoteca do Instituto (Imagem 2).

Imagem 2 – Museu do IHGP



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Uma parte significativa do acervo do IHGP é fruto do processo de doação de ex-sócios da instituição e também de outras figuras da elite paraibana, formando assim a série de Arquivos Privados custodiados pelo instituto. Os acervos que constituem essa série de Arquivos Privados foram doados por familiares ou pelo próprio titular ao IHGP. Algumas dessas figuras são Ademar Victor de Menezes Vidal, Alcides Vieira Carneiro, Antônio da Silva Pessoa, Antônio da Silva Pessoa Filho, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, Manuel Arruda de Assis, Osias Nacre Gomes e Sebastião Sinval Fernandes (INVENTÁRIO DO IHGP, 1997).

Para além da proposta de escrever “a história da Paraíba”, por meio de pesquisas e estudos e da coleta de documentos históricos, o IHGP também se propôs a realizar atividades como reuniões, conferências públicas, eventos culturais e ciclo de debates que contemplassem os assuntos relativos às pesquisas do instituto. Nesse processo, também foram realizados cursos, simpósios, seminários e até congressos, como o VII Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em maio de 1922 na sede do instituto, e cursos como o de História da Paraíba e o de História Econômica, desenvolvidos e aplicados por meio do instituto entre 1968 e 1969. Assim, o IHGP manteria um envolvimento entre a entidade e a sociedade.

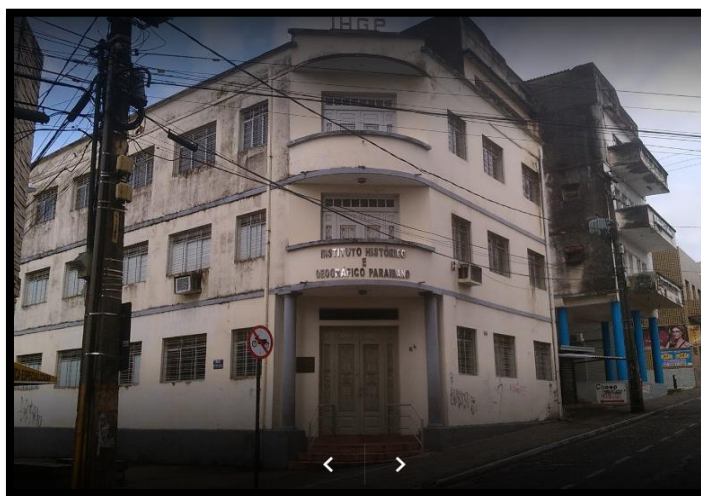
A estrutura da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é organizada por meio da presidência, vice-presidência, secretária geral, primeira secretária e tesouraria, a qual é composta por três sócios, sendo o conselho fiscal também composto por três sócios. Além

disso, integram a estrutura da diretoria as chamadas comissões permanentes de pesquisa, sendo essas comissões formadas por: Comissão de História e Arqueologia; Comissão de Geografia e Ecologia; e Comissão de Antropologia, Etnografia e Sociologia. Quanto às comissões administrativas permanentes, integram-se: a Comissão de Admissão de Sócios e a Comissão de Assessoria de Comunicação e Publicações.

O corpo integrante dessas comissões permanentes caberá estritamente ao quadro de sócios, que, no âmbito da instituição, é constituído por cinquenta sócios efetivos. Também são integrantes a esses efetivos os sócios honorários, beneméritos e os sócios correspondentes. Desse modo, além de atividades de pesquisa e estudos desenvolvidas pelos sócios no âmbito do IHGP, esses também desempenham atividades administrativas dentro da instituição.

O primeiro espaço do instituto se concentrou no Liceu Paraibano, pois ali foram elaborados os primeiros estatutos do instituto e foi organizada a primeira diretoria. A instalação de um espaço mais apropriado para o IHGP ocorre exatamente em outubro de 1905, nas dependências da então sede da Assembleia Legislativa, na Praça Pedro Américo. Porém, já em novembro de 1905, de forma provisória, as reuniões ocorriam na Biblioteca Pública. Em abril de 1907, as atividades do instituto voltaram a ocorrer das dependências do Liceu Paraibano. No período de 1931 a 1936, a instituição ficou nas salas da sede da Imprensa Oficial. Por fim, em janeiro de 1956, foi inaugurada a sede definitiva do IHGP, localizada na Rua Barão do Abiaí, Centro Histórico de João Pessoa (Imagem 3).

Imagem 3 – Fachada da sede do IHGP na Rua Barão do Abiaí



Fonte: Google Imagens (2021)

Em sua trajetória, a instituição estabeleceu também convênios com instituições congêneres e universidades. Em 1996, entre a troca de gestão de Joacil de Brito Pereira e Luiz

Hugo Guimarães no instituto, foi executado o projeto piloto com a mediação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A proposta do projeto, que uniu atividades de pesquisa e extensão, visava à organização e ao tratamento documental de todo o acervo custodiado pelo IHGP, bem como o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa para facilitar o acesso à informação no âmbito do instituto. Entre os instrumentos de pesquisa, foi confeccionado o Catálogo do IHGP, o Guia do Acervo e o Inventário do Arquivo Flávio Maroja.

Em 2004, foi desenvolvido um projeto em parceria com a então Oficina Escola da cidade de João Pessoa³. A proposta do projeto foi restaurar obras de arte do acervo da pinacoteca do IHGP, entre paisagens e quadros. O projeto foi desenvolvido pela professora e restauradora Maria Piedade e a equipe técnica do instituto, com participação de alunos da Oficina Escola do projeto de restauração das obras de arte (Imagem 4).

Imagem 4 – Equipe da Restauração do Acervo da Pinacoteca do IHGP

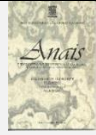
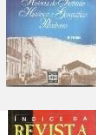
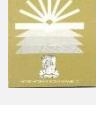


Fonte: Site do IHGP (2021)

Enquanto instituição preocupada com a promoção de uma historiografia paraibana, o IHGP promove a publicação de inúmeros materiais técnicos e também obras bibliográficas. Muitas dessas obras foram organizadas pelos seus próprios sócios em atividade independente, mas amparada pela instituição, como os livros *História do IHGP: I Tombo* e *História do IHGP: II Tombo*, de autoria de Luiz Hugo Guimarães (1925-2009). Outras publicações institucionais do IHGP também foram organizadas, como a *Coleção de Historiadores Paraibanos* e o *Centenário do IHGP* (Quadro 4).

³ A Oficina Escola da cidade de João Pessoa foi institucionalizada por meio de um convênio entre o Governo da Paraíba, Governo Federal e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional em Agosto de 1991.

Quadro 4 – Publicações Bibliográficas e Técnicas do IHGP

Publicação	Tipo	Ano	Capa
<i>Anais do IHGP</i>	Bibliográfico	2000	
<i>Boletins do IHGP</i>	Técnico	2001-	
<i>Catálogo do IHGP</i>	Técnico	1997	
<i>Centenário do IHGP</i>	Bibliográfico	?	
<i>Coleção de Historiadores Paraibanos</i>	Bibliográfico	?	
<i>Estatuto Social do IHGP</i>	Técnico	?	
<i>Guia do Acervo</i>	Técnico	1997	
<i>História do IHGP: I Tomo</i>	Bibliográfico	?	
<i>História do IHGP: II Tomo</i>	Bibliográfico	?	
<i>Índice da Revista do IHGP</i>	Técnico	1995	
<i>Inventário do Arquivo do IHGP</i>	Técnico	1997	

<i>Memorial do IHGP</i>		?	
<i>Regimento Interno</i>	Técnico	?	
<i>Revista do IHGP</i>	Bibliográfico	1909 -	

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Como exposto, alguns desses materiais publicados pelo IHGP se constituem instrumentos de pesquisa, facilitando o acesso à informação para os usuários da instituição. Esse processo de acesso às fontes documentais ocorre de forma presencial nas dependências do IHGP. O usuário pode buscar a instituição para acessar as inúmeras fontes documentais acondicionadas no Arquivo, na Biblioteca ou no Museu da Instituição, tendo a chance de acessar documentos históricos, como recortes de jornais paraibanos que não estão mais circulação ou até documentos raros como bulas papais.

Em 1909, quatro anos após a sua fundação, ocorre um fato marcante na história do IHGP: o projeto de autoria do então deputado estadual Rodrigues de Carvalho, o qual era sócio do IHGP, promoveu o instituto enquanto entidade de utilidade pública amparado pela Lei Estadual nº 317⁴, de 22 de outubro do mesmo ano. Esse fato evidenciaria a relação que a instituição manteria como o Estado. Oliveira (2011) pontua que a relação entre o IHGP e o Estado seria um componente essencial para o desenvolvimento da instituição frente à sociedade paraibana:

Observa-se que o Instituto Histórico, desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como favorecedor de toda a infraestrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até as subvenções mensais que lhe davam condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e geográfica, tais como visita a localidades, organização das fontes históricas e o mais importante, a publicação da Revista. Com isso, o Estado

⁴ Lei Estadual da Paraíba nº 317 de 22 de outubro de 1909.

Art. 1º - Fica considerado estabelecimento de utilidade pública para o fim de merecer do Estado todos os favores o Instituto Histórico e Geographico Parahybano.

Art. 2º - É autorizado ao Presidente do Estado a auxiliar esta Instituição, abrindo os créditos necessários.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

garante, até a fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), ao IHGP a condição de único foco de produção da história paraibana (OLIVEIRA, 2011 p. 40).

Nesse sentido, tal qual no caso do IHGB, o Estado aqui também subsidiaria toda a estrutura da formação do instituto paraibano e o seu processo de manutenção. Esse consórcio entre instituto e Estado promoveria uma importante relação, mas que, ao mesmo tempo, seria frágil. Tal fato poderia ser percebido na própria periodicidade das pesquisas do instituto, que seria inconstante, visto que o IHGP mantinha uma “dependência dos favores das gestões do governo estadual que autorizava ou não a publicação pela gráfica d’A União” (OLIVEIRA, 1996, p. 45). Assim, essa relação entre o IHGP e o Estado seria frágil na medida em que ocorria a alternância de poder do governo paraibano e da diretoria da instituição constituída pelos sócios, que seria um elo decisivo para a manutenção institucional do IHGP.

Os sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano apresentavam uma notável similaridade com o perfil dos sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como exposto, eles eram representantes ou mantinham vínculo com a elite local da época. Desse modo, eram políticos atuando enquanto deputados, senadores, governadores e vice-governadores, como o ex-governador da Paraíba Álvaro Lopes Machado, (1857-1908) que integrou a fundação da instituição. Também eram homens que desempenhavam atividades em cargos públicos importantes fora do meio político. Intelectuais foram fundadores do instituto também, os chamados “homens das letras”, atuando na imprensa paraibana, na qual desenvolviam atividades de direção à redação jornalística.

É importante ressaltar que esses fundadores do IHGP foram os primeiros preocupados com a ideia de uma história da Paraíba. Esses homens letrados, muitos formados pela Faculdade de Direito do Recife, colocaram a si próprios enquanto marco histórico, estabelecendo uma ruptura historiográfica, conforme Oliveira (1996, p. 36). Para a autora, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, esses homens intelectuais estariam institucionalizando a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história, determinando desse modo que essa escrita histórica seria consolidada pelos próprios paraibanos.

Nesse ímpeto, Margarida Oliveira (1996) se preocupa em investigar qual história seria essa e, principalmente, evidenciar qual a natureza e as características dessa historiografia. É importante reconhecer a sua obra *Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local* enquanto uma das poucas obras e uma das mais abrangentes sobre a história do IHGP. Fruto da sua dissertação, defendida em 1994 e

vinculada ao então Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, a dissertação é publicada como livro em 1996.

Enquanto um dos estudos mais abrangentes sobre o processo histórico do IHGP, Oliveira (1996) realiza uma pesquisa minuciosa sobre os mecanismos adotados pelos fundadores da instituição para a construção de uma história oficial da Paraíba. Mota (1996) observa a obra de Margarida Oliveira como um estudo crítico importante para se entender a trajetória dessa instituição paraibana:

[...] em perspectiva crítica, a autora examina com cuidado especial as razões - e as bases ideológicas - que levaram os fundadores a procurar fixar tal conceito na História da Paraíba. Percorrendo o amplo espectro de preocupações da sociedade letrada, estabelece uma teia de relações entre a historiografia do período - a visão, digamos, oficial - e a sociedade, localizando ainda a produção local no quadro nacional. E indica como nessa dialética se produz a ideia de região e de uma identidade nacional, como somatória - descombinada e desigual - de várias identidades locais e regionais (MOTA, 1996, p. 9).

O estudo de Oliveira (1996) se concentra em analisar a produção historiográfica executada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano com base no primeiro número do periódico publicado em 1909. Para isso, foram analisados no processo de pesquisa da respectiva autora os seis primeiros números da revista, publicados nos anos de 1909, 1910, 1911, 1912, 1922 e 1928. A autora executou o estudo entre os anos de 1989 e 1993, mas a obra ainda permanece relevante para se compreender a atuação historiográfica do IHGP, justamente por evidenciar as características da escrita dos fundadores do instituto.

O pressuposto então seria “publicar uma revista em que serão reproduzidos os documentos colleccionados, retratos de homens illustres, de monumentos, paisagens e as suas memorias, conferências e quaisquer estudos feitos de acordo com estes Estatutos”⁵. Esse objetivo seria desse modo institucionalizado no âmbito da instituição por meio de documentos da fundação do instituto, como o estatuto do IHGP.

Ao analisar os parágrafos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Margarida Oliveira identifica características estritamente particulares atribuídas ao povo paraibano pelos sócios do instituto, as quais seriam designadas por ela como “paraibanidade”. Pesquisadores como Ieda Gutfreind e Maria Arminda do Nascimento Arruda já haviam desenvolvido, respectivamente, estudos sobre uma identidade “rio-grandense” e uma espécie

⁵ Parágrafo 4º do artigo 2º do capítulo 1º. – Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano in **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**.

de “mineiridade”. Apesar de serem pesquisas anteriores as de Margarida Oliveira, os estudos da autora sobre a paraibanidade são pioneiros.

A preocupação do Instituto Histórico em produzir uma história separada da de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. Enquanto aos interesses político-econômicos das elites, a partir do final do século XIX, competia a confecção de uma identidade nordestina, aos interesses políticos históricos locais cabia a composição de uma identidade paraibana (OLIVEIRA, 2011, p. 47).

Essa paraibanidade identificada por Margarida Oliveira seria, em termos gerais, uma identidade do povo paraibano, criada pelos próprios sócios do IHGP para designar uma espécie de “personagem” paraibano. Para isso, esse personagem ou essa personalidade paraibana teria um espaço geográfico firmado, seu território e seria proeminente em determinados valores e especificidades, os quais permaneceriam registrados na produção historiográfica do instituto pela sua revista.

Assim, para consolidar a história da Paraíba o instituto criou essa personalidade paraibana. Era importante evidenciar as suas características. Para desenvolver esse objetivo, os sócios do IHGP não iriam poupar esforços. Desse modo, datas, lembranças, fatos e personagens foram traçados para eternizar essa história. No intuito de comemorar ou rememorar esses personagens históricos e essas datas, foram reunidas pessoas para o ato da recordação de fatos, revelando assim a perspectiva nostálgica do saber histórico produzido ali no âmbito do IHGP. Sobre essa identidade criada pelo IHGP, Margarida Oliveira pontua:

A ideia de paraibanidade faz crer num tipo de homem específico nos sentimentos e no modo de agir, modelado pelo espaço. A inclinação para a paz, à bravura para a resistência, o republicanismo. Em cada momento considerado, pelo IHGP, importante na história local, existem exemplos sobre esse homem específico: o paraibano (OLIVEIRA, 1996, p. 63).

Ao construir o percurso da história da Paraíba, seria evidenciada essa linguagem específica utilizada para designar o sujeito paraibano. O olhar sobre acontecimentos históricos, como o cinco de agosto de 1585, revela precisamente as características dessa identidade promovida pela escrita do instituto. Nas lentes históricas do IHGP, o nascimento da então cidade de Nossa Senhora das Neves em 1585 representou uma nova civilização na qual nasceu num processo de “paz” e “acordo” entre os portugueses e uma parcela dos indígenas. Oliveira (1996) observa esse olhar:

Não foram as lutas, e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram às expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupa-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopéia, onde o final feliz foi o “convencimento”, traduzido no acordo, com a parte “boa” dos indígenas, de que seria o melhor caminho para o que viria ser a Paraíba”. (OLIVEIRA, 1996, p. 51).

Ao analisar o saber histórico dos primeiros volumes da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Oliveira (1996) aponta que o saber produzido ali pelos sócios da entidade pregava que o processo de colonização portuguesa seria então o fator que viabilizou uma “civilização” nas terras paraibanas. No âmbito desses relatos da conquista da região paraibana, “o sentido de ocupação é o de povoamento, de geração de riquezas” (OLIVEIRA, 1996, p. 53). Pregava-se desse modo um olhar nostálgico sobre a conquista paraibana.

A temporalidade do estudo de Margarida Oliveira se concentrou na primeira década de produção historiográfica do IHGP. Desse modo, cabe pontuar que ela representa um olhar sobre um recorte da história escrita pelo instituto paraibano, não se estabelecendo aos demais volumes da revista. Destarte, o estudo de Oliveira é relevante por considerar o lugar social do IHGP no momento de produção de um saber histórico, justamente por contemplar as características desse saber.

O meu estudo propunha, portanto, ler as Revistas do IHGP e os clássicos da História da Paraíba, conhecê-los, mas sem desconhecer, no entanto, que eles falam de um lugar. Reconhecer que a História da Paraíba, descrita pelas Revistas, arraigada em nosso imaginário, simbolizada pelos monumentos e documentos, não é a História da Paraíba, trata-se de uma História da Paraíba. Tem sua historicidade, seu lugar social, é portadora de interesses, vinculações políticas, organizada por idéias estabelecidas sobre História, educação, política e papel do historiador (OLIVEIRA, 2003, p. 2).

Dado o exposto, cabe ressaltar que, seguindo um modelo análogo ao da formação institucional do IHGB, o caso do instituto paraibano se assemelha por aspectos como perfil dos seus sócios fundadores, o amparo dado pelo Estado para a sua formação e também, para o seu funcionamento, a busca por uma identidade histórica local e as ideias preservacionistas para com os registros e documentos históricos.

5 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IHGP: O DISCURSO DOS SUJEITOS INSTITUCIONAIS

Esta seção trata dos aspectos centrais da análise na presente pesquisa. Nesse sentido, no percurso da seção, são apresentados os dados coletados e a respectiva discussão desse conjunto de dados, de modo a consolidar os objetivos elencados na contextualização da pesquisa.

Cabe pontuar no primeiro momento a metodologia de investigação da Memória Institucional. Thiesen (2013), ao considerar a Memória Institucional um fenômeno híbrido, não cria ou designa uma metodologia específica para a discussão do construto da memória de uma instituição. A autora deixa em aberto a possibilidade dos pesquisadores, no âmbito da Memória Institucional, criarem as suas metodologias próprias, em conformidade com a realidade de cada instituição e com a natureza da sua pesquisa, visto que a Memória Institucional é um fenômeno continuamente híbrido e complexo, diz a autora. Por ser um fenômeno híbrido, a Memória Institucional se estabelece em seu construto por elementos concretos e abstratos, por meio de experiências que incluem e excluem no social.

Assim, a possibilidade do pesquisador planejar e organizar uma proposta metodológica de Memória Institucional, a qual deverá ser aplicada e desenvolvida no âmbito de uma instituição ou de uma rede institucional, é incentivada pela respectiva autora. Para tanto, é importante acentuar que, nesse processo, o pesquisador “decidirá o que deve ser lembrado e o que deve ficar em suspenso” (THIESEN, 2013, p. 294), pois, ao selecionar algumas lembranças e alguns discursos no âmbito institucional, o pesquisador também deixará em “suspenso” outras memórias e possibilidades.

Nesse sentido, optou-se para a presente pesquisa por discutir o fenômeno da Memória Institucional do IHGP com base nas perspectivas dos servidores e dos sócios da instituição, designados aqui enquanto sujeitos institucionais. É importante frisar que uma metodologia de Memória Institucional que trabalhe com sujeitos institucionais já seria empregada pela própria Icléia Thiesen na sua dissertação, aplicada aos sujeitos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Nesse estudo exploratório-metodológico, publicado em 1992 pelo IBICT/UFRJ, a autora sintetizaria a relevância da atuação e do discurso de tais sujeitos institucionais para o fenômeno da Memória Institucional do IBGE. No desenvolvimento da pesquisa, o discurso institucional proferido pelos sujeitos resultou em dados que a autora reuniu e assim promoveu a criação do Sistema de Recuperação da Memória Institucional do IBGE.

A autora enuncia que os sujeitos institucionais são atores que carregam as experiências institucionais. Tais sujeitos são compreendidos por Thiesen (2013) como os experienciadores das chamadas práticas institucionais, pois eles vivenciam e/ou vivenciaram as práticas. No contexto da Memória Institucional, essas práticas se constroem e se modificam num processo temporal intrínseco a toda a teia institucional.

Por meio do roteiro da entrevista semiestruturada (**APÊNDICE B**) e dos dados coletados, elencaram-se três categorias gerais, visando assim a uma melhor organização da apresentação e da discussão desses dados. Desse modo, no primeiro momento, serão apresentadas as concepções dos sujeitos institucionais sobre a Memória Institucional do IHGP; no segundo momento, serão ilustrados os potenciais instrumentos e os canais que ressignificam e compartilham a Memória Institucional do instituto; no terceiro momento, serão apontados as ações e os obstáculos que o IHGP enfrenta para preservar a sua Memória Institucional. As categorias gerais com as suas respectivas perguntas são ilustradas no Quadro 5.

Quadro 5 – Categorias Gerais da Entrevista Semiestruturada

Concepções dos Sujeitos Institucionais Sobre a Memória Institucional do IHGP
1. Qual a sua concepção de Memória Institucional do IHGP?
Instrumentos e Canais que Ressignificam e Compartilham a Memória Institucional do IHGP
1. Quais as fontes documentais e registros memoriais você apontaria como relevantes para a Memória Institucional do IHGP? Onde eles se encontram?
Ações e Obstáculos que o IHGP Enfrenta para Preservar a sua Memória Institucional
1. Quais as ações o IHGP executa para preservar a sua Memória Institucional?
2. Quais os obstáculos enfrentados pelo IHGP para preservar a sua memória?

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Cabe pontuar que, por se tratar de um instrumento de coleta como a entrevista semiestruturada, as perguntas são caracterizadas enquanto “norteadoras”. Nesse sentido, a pergunta ou as perguntas organizadas dentro das três categorias gerais seguem enquanto perguntas-chave, mas que, dentro do processo da aplicação da entrevista, não se limitou a

elas. Desse modo, as três categorias gerais serão apresentadas conforme os discursos dos sujeitos institucionais do IHGP.

Com base nos objetivos delimitados nesta pesquisa, preocupou-se a princípio em buscar compreender as concepções da Memória Institucional, ou as suas potenciais possibilidades, baseadas nos discursos dos sujeitos institucionais do Instituto. A ideia da concepção da Memória Institucional do IHGP é notadamente marcante para esta pesquisa, pois se advoga que, para se caracterizar o fenômeno de uma Memória Institucional no contexto de uma instituição, considerando o discurso dos seus sujeitos institucionais, é importante antes de tudo estabelecer as concepções da Memória Institucional trabalhadas nesse processo.

Nesse sentido, a primeira pergunta está amparada na problemática da concepção da Memória Ihgpeana. Diante disso, no Quadro 6, são apresentadas as concepções dos sujeitos institucionais com base na pergunta norteadora: Qual a sua concepção de Memória Institucional do IHGP?

Quadro 6 – Concepções sobre a Memória Institucional do IHGP

Sujeito Institucional	Discursos
<i>Sujeito 1</i>	“O que ela representa historicamente para a Paraíba. A primeira casa de memória e cultura do estado, com o mais antigo e mais importante acervo documental do estado”.
<i>Sujeito 2</i>	“A questão do acervo, dos registros históricos da instituição. Um olhar crítico. Não só no acervo. Não só apenas os registros que são da instituição. Não apenas o olhar documental”; “A contribuição da instituição na sociedade. A atuação do instituto na sociedade por meio do debate e da revista”; “Pensar o ambiente como um local que pensa a história, mas qual história?”.
<i>Sujeito 3</i>	“É o conjunto de documentos que asseguram a continuidade da instituição. Ou seja, a história da instituição”; “A documentação administrativa e histórica referente ao IHGP”.
<i>Sujeito 4</i>	“Compreender antes o IHGP enquanto uma instituição de memória que se preocupa com a memória da Paraíba”; “O IHGP pensa o processo historiográfico da Paraíba, analisando e, ao mesmo tempo, escrevendo a história da paraibana. Para isso, ela vai além das suas fronteiras com o seu objetivo maior de preservar a memória do estado da Paraíba”;

	“A Memória Institucional deve compreender a formação do IHGP. Assim, essa memória vai além da estrutura do IHGP”; “A Memória Institucional vai além da própria instituição do IHGP. Os limites institucionais não se limitam às histórias da própria instituição vão além”.
Sujeito 5	“Diz respeito ao conjunto de documentos os mais diversos possíveis que têm a ver com a trajetória (passado e presente) da instituição, com o fim inclusive de preservar e honrar à posteridade o esforço de todos que contribuíram (e ainda contribuem) para a continuidade da instituição”.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No processo de análise dos discursos dos sujeitos institucionais, o qual contempla as suas concepções sobre a Memória Institucional do instituto, observa-se que o sujeito institucional 1 considera a Memória Institucional do IHGP pela ótica da representatividade histórica da instituição para com o Estado da Paraíba. Para esse sujeito, a importância de ser a primeira entidade de memória e cultura da Paraíba é uma característica que compõe a Memória Institucional Ihgpeana. O sujeito institucional 1 caracteriza ainda “o mais antigo e mais importante acervo documental do estado” como um elemento para se compreender a Memória Institucional do IHGP.

Na concepção apontada pelo sujeito institucional 2, observa-se um olhar que considera a Memória Institucional do IHGP não limitada apenas aos registros produzidos pela instituição, mesmo sendo tais registros importantes para essa memória. Conforme o sujeito, esse olhar não deve ser apenas um olhar documental. Para tanto, ao apontar que é preciso ir além do acervo do IHGP para se entender essa Memória Institucional, o sujeito 2 manifesta que é preciso compreender as contribuições do IHGP frente à sociedade por meio do “debate e da revista”. Nesse aspecto, o sujeito 2 esclarece que a memória do IHGP deve entender o lugar do Instituto enquanto um espaço que pensa a história, “mas qual história?”, reflete ele, referindo-se ao saber histórico produzido e disseminado pela Revista do IHGP.

Para o sujeito institucional 3, a concepção da Memória Institucional do IHGP está inerente aos registros documentais referentes ao instituto paraibano. Conforme o sujeito, o “conjunto de documentos” produzidos que amparam a continuidade da instituição é a Memória Institucional do IHGP. Desse modo, o sujeito caracteriza como a documentação histórica e também administrativa que venha a tratar sobre a “história” ou os “processos históricos” do IHGP.

Quanto ao sujeito institucional 4, é apontado que, nessa concepção da Memória Institucional do instituto, é relevante compreender o IHGP enquanto uma instituição que se preocupa com a memória paraibana. O sujeito institucional 4 avalia o IHGP como uma instituição que ultrapassa os seus próprios limites institucionais quando se preocupa em pensar e escrever um saber histórico. Assim, observa-se que, no discurso do sujeito, é importante compreender na Memória Institucional do IHGP a formação da instituição fora dos seus limites institucionais, visto que essa memória “vai além dos limites da instituição”.

O sujeito institucional 5 descreve a Memória Institucional do IHGP como o “conjunto de documentos”, das mais diversas tipologias, datados do passado e do presente da trajetória do Instituto Paraibano. Esse conjunto de documentos não precisa ser remanescente diretamente ao IHGP, mas é inerente à história da instituição. Isso porque, de acordo com sujeito 5, esses documentos cumprirão o papel de preservar a continuidade da instituição para uma eventual posterioridade institucional, no caso do IHGP.

Observa-se que as concepções dos sujeitos sobre o processo da Memória Institucional no contexto do IHGP são apresentadas por meio de perspectivas distintas, das quais são considerados aspectos como valor histórico do IHGP para a sociedade, conjunto documental produzido/custodiado pelo Instituto e a atuação da instituição fora dos seus limites institucionais. Na categoria seguinte, será apresentada a relação entre esse conjunto de concepções e o que esses sujeitos apontam como instrumentos e canais que promovem a Memória Institucional percorridas por eles (Quadro 7).

Com o pressuposto de evidenciar quais seriam os instrumentos e os canais da Memória Institucional do IHGP, delineou-se a seguinte questão norteadora: Quais as Fontes Documentais e Registros Memoriais você apontaria como Relevantes para a Memória do IHGP? Onde eles se encontram?

Quadro 7 – Instrumentos e Canais que ressignificam e compartilham a Memória Institucional do IHGP

Sujeito Institucional	Discursos
<i>Sujeito 1</i>	“A coleção da Revista do IHGP, onde se encontra produção dos sócios. Os livros da história do IHGP de Hugo Guimarães. Os documentos coloniais, cartas régias e documentos manuscritos que datam de 1600. Sede do IHGP. A mesa da confeitaria Glória onde João Pessoa foi assassinado. Birô de João Pessoa”; “As redes sociais do instituto, como o Facebook e Instagram. Site do

	IHGP, utilizado também como informante e repositório institucional do IHGP. Eventos culturais abertas ao público”.
<i>Sujeito 2</i>	“Revista do IHGP. Livros de Luiz Hugo Guimarães. Livro do Erivaldo Caldas Tavares “70 Anos do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano”, de 1975, pela Editora A União. Ata de fundação do instituto. Símbolos do IHGP como a bandeira, a comenda, o brasão e o hino. Jornal ‘A União’”;
	“Instagram, Facebook e canal do Youtube”.
<i>Sujeito 3</i>	“As atas. Jornal ‘A União’, que mantinha uma publicação das atividades do instituto, onde inclusive se publicava as atas do IHGP. Os livros de Luiz Hugo Guimarães, Tomo I e Tomo II. A Revista do IHGP. Sessões de Jubilação. Quadros de Olivio Pinto”;
	“O site do IHGP”.
<i>Sujeito 4</i>	“As atas das reuniões. Livros de Luiz Hugo Guimarães. Boletins mensais. Dissertações sobre o IHGP, como a de Margarida Oliveira na década de noventa. A Revista do IHGP”;
	“O site do IHGP e o canal no Youtube”.
<i>Sujeito 5</i>	“Atas. Arquivo Administrativo do IHGP. Boletim mensal. Revista do IHGP. Bibliografias de autoria de sócios e pesquisadores”;
	“Site oficial. Grupo dos sócios no Whatsapp. Boletim mensal por e-mail”.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Constata-se que, na fala do Sujeito 1, são apontados como potenciais instrumentos e canais que compartilham a memória do instituto a coleção da Revista do IHGP e os livros da história do IHGP, de autoria de Hugo Guimarães. Para o sujeito 1, a trajetória do IHGP pode ser “encontrada dentro do livro de Guimarães”. O sujeito também cita itens documentais pertencentes ao acervo do instituto, como os documentos coloniais e as cartas régias. Na fala, são apontadas as redes sociais do IHGP, nas mídias, como Facebook e Instagram. O sujeito 1 cita o site do instituto como “informante e repositório institucional” e os eventos culturais como canal de compartilhamento da Memória Ihgpeana.

De acordo com o sujeito institucional 2, a Revista do IHGP e os Livros de Luiz Hugo Guimarães e Erivaldo Caldas Tavares podem ser caracterizados como instrumentos da memória do instituto. Para o sujeito 2, o jornal “A União” corresponde também a um instrumento da memória do instituto, pois reúne “recortes da sua história do IHGP”. É citado também um documento específico: a Ata da Fundação do IHGP. No discurso, também são apontados os símbolos do IHGP, como a “bandeira, brasão, comenda e o hino”. O Sujeito 2 pontua o Instagram, Facebook e a conta do Youtube do instituto como canais que compartilham a Memória Institucional.

O sujeito institucional 3 aponta as atas do instituto como um instrumento “relevante” que “constitui” a memória do IHGP. O jornal A União também é apontado, pois, conforme o sujeito, esse veículo de comunicação “mantinha uma publicação das atividades do instituto”. O sujeito aponta também os livros de Luiz Hugo Guimarães “Tomo I e Tomo II”, os quadros de Olivio Pinto e a Revista do instituto como relevantes, por registrarem a memória da instituição. Para o sujeito, as “sessões de jubilação” são importantes instrumentos da Memória Ihgpeana, pois lá estão presentes “as histórias dos seus sócios”.

No tocante à fala do sujeito institucional 4, são apontadas as atas das reuniões dos IHGP, os dois livros de Luiz Hugo Guimarães, Tomo I e II, a Revista e os boletins mensais. O sujeito 4 cita trabalhos de dissertações como importantes publicações para a Memória Institucional do instituto. Nesse aspecto, ele aponta a dissertação de Margarida Oliveira de 1996, pela UFPB. Para o sujeito 4, o site do instituto é um canal de compartilhamento da memória, pois ele funciona como um “repositório institucional”. O sujeito também aponta o canal no Youtube do IHGP como canal da memória do instituto.

Conforme a fala do sujeito institucional 5, o Arquivo Administrativo do IHGP representa um “instrumento” para a memória de “toda” a instituição. Para o sujeito 5, dentro do arquivo administrativo, podem ser localizadas as “atas” e o “boletim mensal”. Este último também é emitido no formato digital pelo IHGP. O site oficial do IHGP e o “grupo dos sócios no Whatsapp” são também canais para a Memória Ihgpeana, aponta o sujeito.

Por meio da categorização, proposta por Bardin (2011) e aplicada ao conjunto de dados da entrevista semiestruturada, subdividiu-se a categoria geral de Instrumentos e Canais que Ressignificam e Compartilham a Memória Institucional do IHGP, para desse modo melhor ilustrar e explorar os instrumentos e canais apontados pelos sujeitos institucionais.

Desse modo, no tocante aos potenciais “instrumentos” da Memória Institucional, organizaram-se as subcategorias em: Documentos administrativos compostos por atas das reuniões e boletins mensais; Documentos de valor histórico-institucional compostos pela Ata da Fundação do IHGP e sessões de jubilação; Fontes bibliográficas e científicas compostas pela revista, os livros Tomo I e II de Guimarães (2005), o livro “70 anos do IHGP” de Tavares (1970) e a dissertação de Margarida Oliveira (1996); Patrimônio institucional composto pelo prédio-sede do IHGP e as peças museológicas de João Pessoa; e Símbolos do IHGP compostos pela bandeira, o brasão, a comenda de mérito cultural e o hino do instituto.

Quanto aos canais, organizaram-se as subcategorias: Canais externos, compostos pelo jornal A União; Eventos institucionais do IHGP (esses não foram mencionados pelos sujeitos, mas são considerados importantes para a divulgação e troca de informações e conhecimento

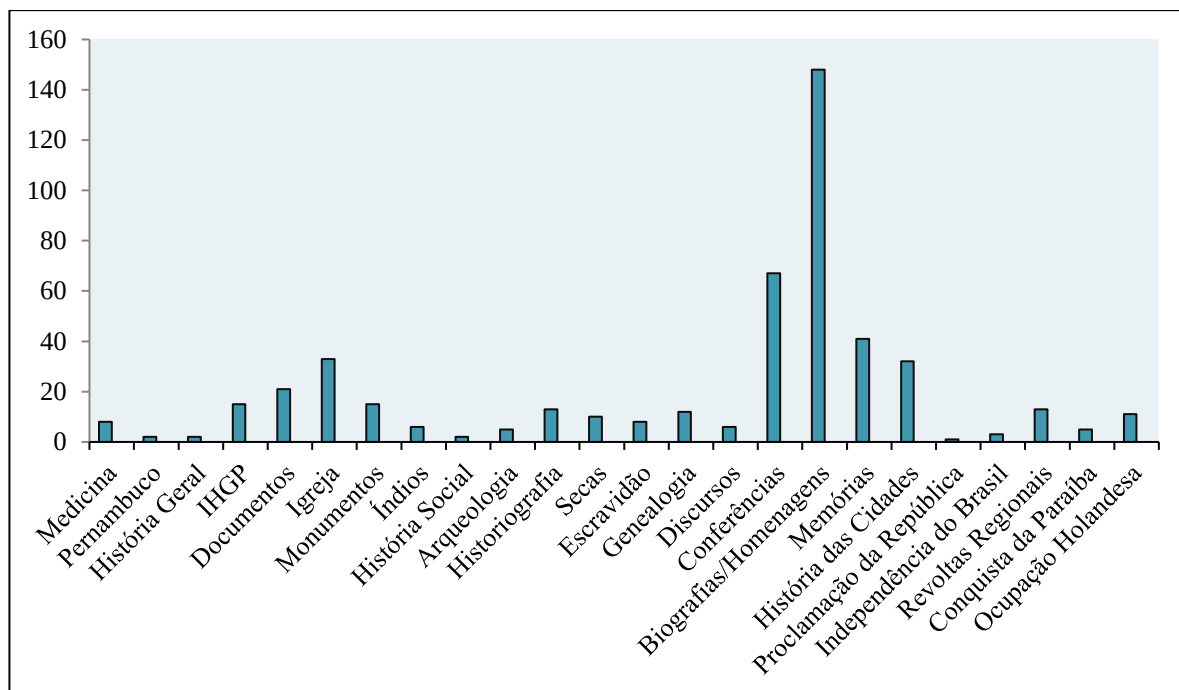
do/sobre o Instituto); Redes sociais do IHGP, compostas pelo Instagram, Facebook, Youtube e o grupo de sócios no WhatsApp; Repositório institucional, composto pelo site do instituto.

Entre os instrumentos apontados, a Revista do IHGP é referenciada nos discursos de todos os sujeitos institucionais enquanto instrumento que compõe a Memória Institucional do IHGP. Esse foi o único instrumento apontado no contexto de todas as falas dos sujeitos. Diante disso, observa-se que os sujeitos apontam em seus discursos isolados que a Revista do instituto é uma “publicação institucional onde é registrada a vida daqueles que compõem o IHGP”, no caso os sócios do instituto, como aponta o sujeito institucional 4.

Nascimento (2016), em estudo um realizado do número 1 até o número 35 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, procura estabelecer o conteúdo e o formato predominante por meio dessa publicação. O autor aponta em seu estudo que a estrutura da revista e o seu formato não mudaram de forma significativa. Em linha temporal, o autor analisou os números da revista publicados de 1909 até 2002. A seguir, é apresentada a estrutura predominante da Revista do IHGP analisada pelo autor:

Em sua primeira parte, encontramos os textos identificados como “pesquisas e estudos históricos e geográficos”, em seguida os discursos proferidos nas reuniões, logo depois as seções onde publicavam documentos referentes aos episódios da história local e regional estabelecidos dentro de uma cronologia própria. As resenhas sobre as obras publicadas e as seções onde escreviam homenagens com a biografia e comentários sobre a vida social e intelectual dos “mortos do Instituto” e por fim as “atas das sessões” e os relatórios das atividades da instituição constituem o restante das subdivisões do periódico. De maneira geral desde 1909 até 2002 a ordem de apresentação e divisão seccional da revista foram tratadas dessa forma (NASCIMENTO, 2016, p. 123).

Desse modo, a estrutura predominante da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba segue as seções de pesquisa e estudos geográficos, documentos, resenhas, homenagens, mortos do instituto, atividades do IHGP, entre outras. Ainda conforme o estudo de Nascimento (2016), é observada a predominância das principais temáticas nas quais foram abordadas pelos estudos e pelas pesquisas no contexto da Revista do IHGP.

Gráfico 1 – Temáticas Abordadas pela Revista do IHGP

Fonte: Adaptado de Nascimento (2016)

Conforme o Gráfico 1, destaca-se que as respectivas temáticas apresentadas, como “IHGP”, “documentos”, “discursos”, “memórias” e “biografias e homenagens”, são ilustradas com determinadas e isoladas incidências variadas, mas que são caracterizadas por Nascimento (2016), como temas que predominam dentro do contexto dos estudos e das pesquisas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Seu conjunto compõe parte dos elementos da Memória Institucional do Instituto. Cabe pontuar o tema “biografias e homenagens”, o qual trata da vida dos sócios do IHGP e se sobressai frente aos demais como o tema com maior incidência dentro conteúdo do gráfico.

Cabe acentuar que essas temáticas são frisadas em especial justamente porque se observou que são temas gerais que tratam de aspectos relativos à própria história institucional do IHGP, visto que são temáticas que abordam aspectos como as biografias, os documentos, os discursos e as memórias dos seus sócios por meio de homenagens. Nesse sentido, considera-se que são temáticas potenciais no processo de ressignificação da Memória Institucional do instituto.

É com base nessa característica, voltada para o registro e compartilhamento de informações das atividades institucionais do instituto e a vida dos seus sócios, como ilustra os seus principais temas abordados (GRÁFICO 1) e a estrutura supracitada, que a revista é

percebida como um potencial instrumento da Memória Institucional do IHGP. Assim, observa-se que, ao reconhecerem a revista como eventual instrumento do processo da memória do instituto, os sujeitos consideram justamente a sua característica de registro de informações institucionais do IHGP.

Diante dessa questão, Nascimento (2016, p. 118) pontua que “a Revista do IHGP é simbólica para qualquer pesquisa sobre o Instituto e sobre a produção historiográfica local porque é nela que estão materializadas as ideias gerais do Instituto e o registro dos mecanismos utilizados por seus intelectuais na construção da memória paraibana”. Para o autor, a revista do instituto é um símbolo da trajetória do IHGP.

Quanto aos livros de Luiz Hugo Guimarães, citado pela maioria dos sujeitos institucionais, com exceção do sujeito 5, constata-se, com base no conjunto de discursos, que ele é caracterizado como um instrumento que contém “informações representativas” sobre a história do instituto, como aponta o sujeito 3.

Os dois livros de Guimarães (**QUADRO 4**) são caracterizados enquanto publicações de autoria pessoal. Entretanto, como o autor foi sócio do instituto, a publicação dos livros foi realizada com o apoio institucional do IHGP, em parceria com a Editora da UFPB. Os livros abordam os aspectos histórico-institucionais do instituto, com uma temporalidade datada da fundação do instituto até o ano 2005, em que são relatadas as atividades do IHGP e são registradas informações da vida de seus sócios.

Sobre os símbolos do instituto, representados pela bandeira, pelo brasão, pela comenda e também pelo hino do IHGP (Quadro 8), esses são mencionados no conjunto dos discursos dos sujeitos institucionais. Para o sujeito institucional 3, eles “foram elementos importantes para composição do IHGP como instituição preocupada com a história da Paraíba”.

Quadro 8 – Símbolos do IHGP

Denominação	Tipologia	Símbolo
<i>Bandeira do IHGP</i>	Iconográfico	

<i>Brasão do IHGP</i>	Iconográfico	
<i>Comenda de Mérito Cultural do IHGP</i>	Iconográfico	

Fonte: Acervo do IHGP (2021)

É importante destacar que, no primeiro momento na década de noventa, o IHGP já detinha a composição da sua bandeira, do seu brasão e da sua comenda de mérito cultural, os quais foram designados pelos sócios como símbolos que representam a instituição. Para tanto, no final da década de 90, os sócios do IHGP acolheram a proposta de composição do hino do instituto, durante o segundo mandato da gestão de Joacil de Brito Pereira (1923 – 2012).

O hino do IHGP então foi composto pelo próprio presidente do instituto à época, Joacil de Brito, e foi musicado pelo sócio do instituto Domingos de Azevedo Ribeiro. Nos trechos do **hino do IHGP** consolidado na década de 2000, é musicada a seguinte letra:

Cultuamos o passado,
Nesta Casa de Memória
Revivemos, lado a lado,
Feitos da nossa história.

Ideal que permanece
E se tornou perenal.
Viva chama que aquece
E nos faz ser imortal.

Paraíba nosso chão,
És grandiosa na luta.
Guardamos no coração
Seu destemor na disputa

Por ela morreram tantos...
Peregrino, o mais audaz.
Bravura que causa espanto
Seu heroísmo compraz.

André Vidal de Negreiros,
Grande na guerra e na paz,
Foi seu maior guerreiro
E estadista capaz.

O relevo do teu solo
Os teus rios, os teus mares,
Tudo encanta os olhos
Na pureza destes ares.

A Borborema, o Jabre
Apontam a amplidão.
E nas alturas se abre
Teu sonho de redenção!
(HINO DO IHGP)

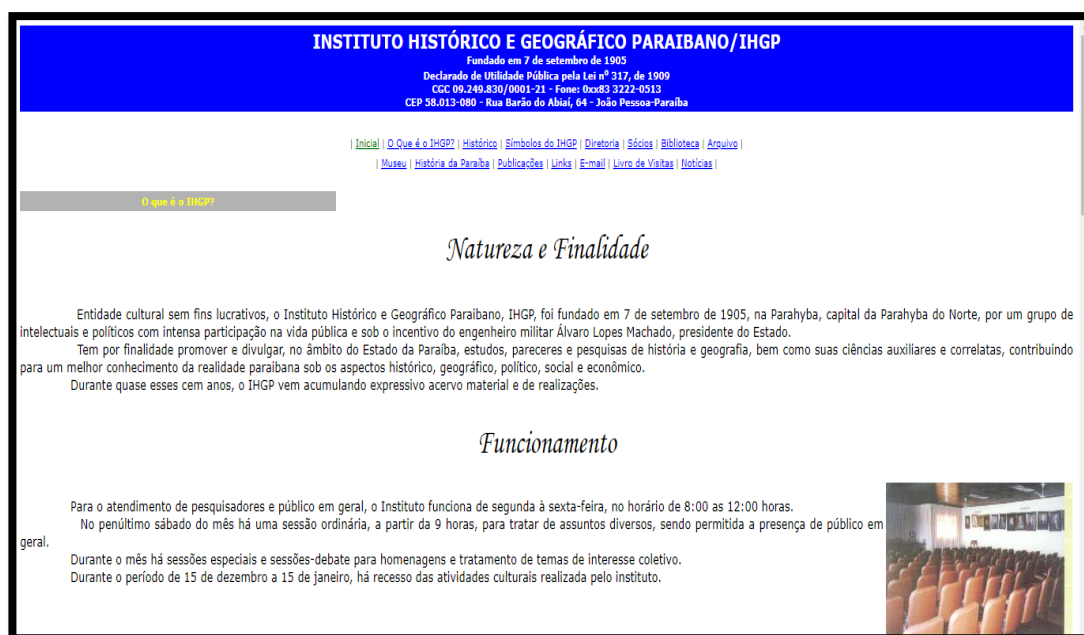
No primeiro trecho do hino do IHGP, é estabelecida a exaltação do culto ao passado: “Cultuamos o passado/ Nesta casa de memória/ Revivemos lado a lado”. Nesse aspecto, também é reverenciada a figura de pessoas ilustres no conteúdo do hino do instituto: “André Vidal de Negreiros/ Grande na guerra e na paz”. Observa-se que, por meio da constituição de um símbolo institucional, como o é o hino do instituto, o IHGP assegura o seu culto ao passado no qual sempre assegurou desde a sua fundação. A homenagem aos homens ilustres se dá com base nesse aspecto uma característica na atuação do instituto.

Para tanto, esse processo de confecção dos bens simbólicos pelo IHGP, tais como a bandeira, o brasão, a comenda e o hino, é evidenciado por Nascimento (2016), ao enunciar que a consolidação desses bens pelo IHGP seguia o pressuposto de identificar o instituto com o que estava sendo feito simbolicamente em outros espaços, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Para além da composição simbólica, os sócios do instituto consideram que esse seria um processo de identificação com espaços institucionais congêneres.

No que se refere ao site do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, esse é compreendido no discurso dos sujeitos institucionais como um potencial canal de compartilhamento de informações institucionais, sendo o único canal apontado em todos os discursos dos sujeitos.

Nesse sentido, observou-se que os sujeitos compreendem o site do instituto enquanto um “repositório institucional”. Para os sujeitos, ele representa um canal de guarda e compartilhamento da Memória Ihgpeana, como diz o sujeito institucional 2.

Imagem 5 – Página inicial do Site do IHGP



Fonte: Site do IHGP (2021)

No site do IHGP, é possível encontrar informações como o histórico institucional do IHGP, publicações técnicas e administrativas, biografia dos seus sócios e também o compartilhamento de notícias e documentos como alguns números isolados da revista do instituto. Nascimento (2016, p. 127) diz que, “além da revista, através de seus editoriais, índices e atas, o próprio sítio eletrônico do Instituto apresentou-se como uma ferramenta fundamental” para buscar informações sobre o IHGP (Imagem 5). Entretanto, observa-se que algumas informações, tais como a composição do quadro sócios e a constituição das diretorias, estão desatualizadas.

As concepções individuais sobre a Memória Institucional Ihgpeana, ilustradas por meio Quadro 7, e os potenciais instrumentos e canais apontados nos discursos, ilustrados através do Quadro 8, possibilitaram subsídios informacionais para se organizar um comparativo entre o discurso apresentado nas concepções sobre a memória do instituto e o discurso apresentado sobre os instrumentos e canais dessa memória.

Assim, observou-se que, na fala do **sujeito 1**, é considerada a concepção da Memória Institucional com base no que o IHGP *representa historicamente*. São citados pelo sujeito justamente os documentos coloniais e manuscritos do período colonial que o IHGP custodia. O **sujeito 2** e o **sujeito 4**, ao pontuar que compreendem a memória do instituto como um processo *fora dos muros institucionais*, citam instrumentos e canais que foram produzidos

fora do âmbito do IHGP, como o jornal A União, citado pelo sujeito 2, e a dissertação de Margarida Oliveira, citada pelo sujeito 4. O **sujeito 3** e o **sujeito 5** compreendem a Memória Institucional do instituto com base nos *documentos que asseguram a continuidade do IHGP*. Nesse aspecto, o sujeito 3 cita como instrumentos as atas e sessões de jubilação produzidas pelo próprio instituto. O sujeito 5 cita o próprio Arquivo Administrativo do IHGP.

A concepção do IHGP e a sua importância histórica corrobora com o seu legado frente à sociedade. Desde o seu processo de fundação, e ao passo em que seria eventualmente caracterizada enquanto uma instituição de memória com mais de um século de existência, o instituto iria adquirir, dentro e fora do contexto institucional, “o status de principal espaço de produção e intercâmbio intelectual na Paraíba” (NASCIMENTO, 2016, p. 127). Essa conotação de instituição intelectual estaria atrelada ao saber produzido pelo IHGP e aos seus bens memórias custodiados.

No tocante ao estabelecimento de instrumentos fora dos “muros institucionais”, é importante compreender que as instituições funcionam em rede, pois o limite de uma instituição é essencialmente outra instituição. No contexto da memória de uma instituição ou de uma entidade institucional, Thiesen (2013) enuncia que existem produtos e informações que serão relevantes para recuperar a Memória Institucional, mas que nem sempre estarão dentro dos chamados muros institucionais. Isso porque “as informações relevantes para a recuperação da memória institucional devem ser, por isso, buscadas não apenas nos materiais e fontes internas, mas fora dos muros institucionais” (THIESEN, 2013, p. 282).

Desse modo, fontes documentais externas ao IHGP, que não são ou não foram produzidas diretamente pelo instituto, são apontadas nos discursos dos sujeitos institucionais. As fontes externas citadas pelos sujeitos, como o jornal A União, o qual, de acordo com a fala do sujeito 3, “publicava as atas das reuniões do IHGP”, e a “dissertação de Margarida Oliveira”, publicada pela UFPB, citada pelo sujeito 4, configuram-se enquanto potenciais instrumentos que ressignificam essa Memória Institucional do IHGP, ao passo que são fontes produzidas fora da instituição.

Sobre a concepção da Memória do IHGP com base nos documentos que asseguram a continuidade ou a história do instituto, Oliveira (2011, p. 41) aponta que “[...] algumas deliberações das reuniões ordinárias do IHGP são bastante significativas do estilo de história pensada e produzida”. Isso porque atividades de pesquisa, catalogação e organização de fontes documentais desenvolvidas pelo IHGP ressaltariam a característica de “apego” aos documentos históricos.

Cabe ressaltar que não apenas a documentação organizada pelo viés sociocultural e

científico, como aponta o Inventário do Arquivo do IHGP abaixo, corrobora para compreensão de aspectos da história institucional do instituto e a sua atuação, mas também a documentação produzida pelo próprio instituto, a qual se configura enquanto documentação administrativa.

Nesse sentido, essa documentação administrativa é potencial ao estudo da Memória Institucional do instituto, ao considerar que nela estão registradas as atividades e ações desenvolvidas pelo IHGP e os seus sujeitos.

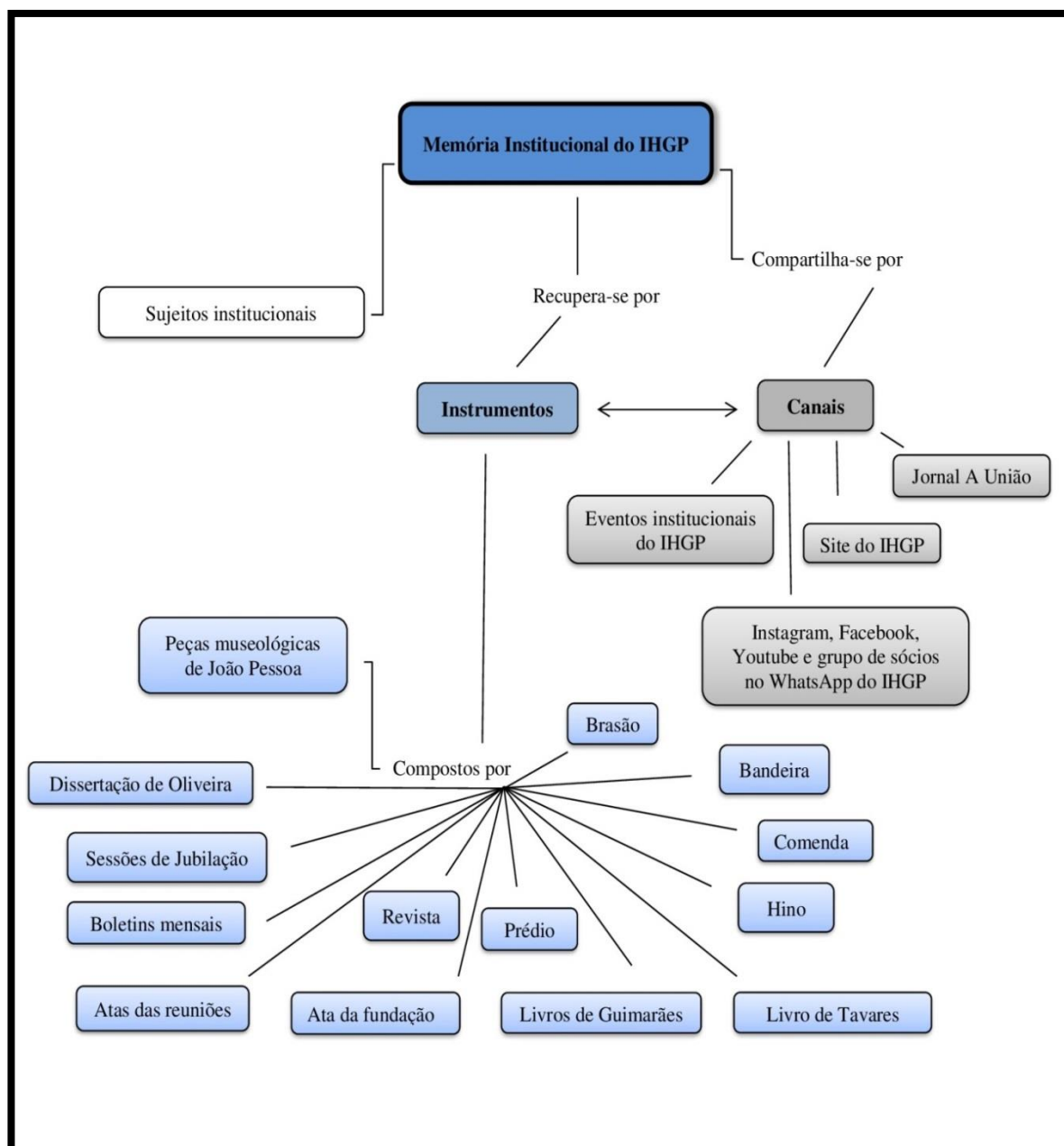
A documentação produzida e acumulada pelo IHGP reflete parcela significativa da história dessa instituição cultural e sua ação no Estado da Paraíba. Tanto a documentação referente às atividades administrativas como as de caráter sócio-cultural e científicas encontram-se organizadas de modo a facilitar a consulta e o acesso à informação, bem como contribuir para a conservação e preservação. (INVENTARIO DO IHGP, 1997).

Com base nos discursos dos sujeitos institucionais, observaram-se distanciamentos no que se refere às concepções gerais sobre a Memória Institucional do IHGP, visto que os discursos proferidos não apresentam uma homogeneidade exata ou linha única de discurso, ao considerarem os aspectos gerais apresentados ali, como o valor histórico da instituição para a sociedade por meio da sua custódia documental, a importância dos seus registros histórico-administrativos ou até mesmo a atuação do instituto fora do âmbito institucional. Para tanto, observaram-se também aproximações quanto aos discursos individuais, como os sujeitos institucionais 2 e 4 e os sujeitos institucionais 3 e 5.

Observa-se também que os discursos que tratam dos potenciais instrumentos da Memória Ihgpeana são predominantemente gerais. O próprio exemplo da Revista IHGP é tratado nos discursos de um modo estritamente amplo. Assim, não são explicitadas ou apontadas pelas falas dos sujeitos institucionais quais seriam os números ou até mesmo os volumes da Revista do IHGP que eles considerem como relevantes, especificadamente para Memória Institucional. Desse modo, a ideia da revista é compreendida enquanto instrumento geral dessa Memória Institucional.

Com a proposta de ilustrar os potenciais instrumentos e canais da Memória Institucional, percorridos nos discursos dos sujeitos institucionais, elaborou-se um Mapa Conceitual (Imagem 6), disposto a seguir.

Imagem 6 – Mapa Conceitual dos Instrumentos e Canais da Memória Institucional do IHGP



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É importante ressaltar que as propostas terminológicas dos instrumentos e dos canais se referem às fontes documentais ou aos registros memoriais do IHGP, os quais ressignificam ou compartilham a Memória Institucional do instituto. Na aplicação individual das entrevistas, optou-se por utilizar as terminologias fontes documentais e registros memoriais, para desse modo facilitar a compreensão do sujeito institucional durante a aplicação da entrevista.

Cabe pontuar também que os potenciais instrumentos e os potenciais canais são considerados inerentes entre si, visto que é possível ressignificar informações da Memória Institucional do IHGP no contexto dos canais e não apenas nos instrumentos e também compartilhar informações dessa memória por meio desses instrumentos, e não apenas dos canais. No contexto da Memória Institucional, advoga-se que esses instrumentos e canais funcionam enquanto processos e estão inerentes entre si na teia institucional.

Nesse sentido, o jornal A União é caracterizado enquanto um canal desde o processo em que ele exerceu o registro e o compartilhamento das atividades do IHGP como um jornal. Os recortes dos jornais publicados por ele no passado podem fornecer atualmente potenciais informações para ressignificar a Memória Institucional do instituto.

Assim, a Revista do IHGP é caracterizada como instrumento por ressignificar informações da memória do instituto, ao passo que registrou possíveis atividades de caráter institucional, mas que também atua enquanto um canal de compartilhamento dessa memória ao exercer o seu processo publicação enquanto meio de comunicação de estudos científicos.

Por meio dos potenciais instrumentos e canais da Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ilustrados na Imagem 6, pretende-se evidenciar pelo Quadro 9 quais as ações e os obstáculos o IHGP executa e enfrenta para preservar a sua memória. Nesse sentido, foram estabelecidas as seguintes perguntas norteadoras aos sujeitos institucionais: 1. Quais as ações ou plano o IHGP executa para preservar a sua Memória Institucional?; 2. Quais os obstáculos enfrentados pelo IHGP para preservar a sua Memória Institucional?

Quadro 9 – Ações e Obstáculos para Preservar a Memória Institucional do IHGP

Sujeito Institucional	Discursos
<i>Sujeito 1</i>	“Aplica atividades de armazenamento e higienização da documentação institucional. Mantém a produção de um periódico, da revista do IHGP. Reforma da biblioteca Irineu Pinto em 2002”;
<i>Sujeito 2</i>	“O obstáculo principal seriam as limitações financeiras que inviabilizam ações de preservação com mais eficácia”. “Armazenamento e conservação da documentação administrativa e histórica do IHGP”;
<i>Sujeito 3</i>	“Obstáculo financeiro, para recurso para subvenção”. “A organização do acervo do instituto. Acondicionamento dos documentos em estantes e gavetas. Projeto piloto de organização do acervo do IHGP na década de 1996 e o projeto de reforma da biblioteca em nos anos 2000”;

<i>Sujeito 4</i>	“Financeiro. A falta de uma política adequada de captação de sócios que se preocupem com o IHGP. Falta de profissionais especializados”. “Eles se preocupam em preservar a memória. Visto que o IHGP é uma instituição muito comemorativa, eles registram tudo: as efemérides, eventos e relatórios. A organização do arquivo da instituição em 1996. Na década de 1980, foi realizado um convênio entre o IHGP e a Fundação Joaquim Nabuco”; “Financeiro. Manutenções interrompidas. Recursos Humanos e profissionais especializados. Falta de insumos para manutenção dos acervos. Manutenção da sede. Falta de pagamento da mensalidade dos sócios”;
<i>Sujeito 5</i>	“O IHGP se encontra a mercê de convênios políticos e privados”. “Registro documental, iconográfico e digital das reuniões, assembleias, eventos. Registro, classificação e catalogação de documentos e bens no Arquivo do IHGP. Publicação de notícias, artigos, estudos e pesquisas no Site oficial. Publicação de notícias sobre sócios, eventos, documentos e publicações no Boletim Mensal”; “Financeiros. Espaço Físico e instalações. Recursos Humanos. Materiais e equipamentos”.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

O sujeito institucional 1 aponta as atividades de “armazenamento e higienização de documentos” como ações que o IHGP desenvolve para preservar a sua Memória Institucional. Compartilhando esse processo, para o sujeito 1, a produção da Revista do IHGP “também é uma ação de preservação” da história da instituição. Desse modo, o sujeito institucional 1 coloca a questão financeira como o “obstáculo principal” para a preservação da Memória Institucional do instituto.

Quanto ao sujeito institucional 2, é direcionado que as ações de preservação da memória do instituto se concentram no processo de “armazenamento e conservação” da documentação de “cunho administrativo e histórico” do IHGP. O sujeito 2 coloca que as questões financeiras configuram como o principal obstáculo para preservação da Memória Institucional do IHGP.

De acordo com o sujeito institucional 3, o IHGP desenvolve atividades de organização acervo mediante o “acondicionamento” dos documentos em estantes e acervos. O sujeito cita um projeto específico que consistiu na organização do acervo do instituto na década de noventa e a reforma da biblioteca no ano de 2002. Quanto aos obstáculos para preservação dessa Memória Institucional, é citada a carência de uma “política adequada de captação de sócios”, as questões financeiras e falta de profissionais especializados.

Conforme a fala do sujeito institucional 4, existe uma preocupação com a preservação da Memória Institucional por parte do instituto, considerando que “o IHGP é uma instituição muito comemorativa”. O sujeito institucional 4 aponta que o IHGP registra tudo e cita “efemérides, eventos e relatórios” como formas de registro da instituição. Sobre as problemáticas para preservar a Memória Institucional, o sujeito 4 evidencia a questão financeira, que ocasiona problemas, como recursos humanos reduzido, a falta de manutenção no acervo e na sede do IHGP. O sujeito 4 aponta ainda a “falta de pagamento da mensalidade dos sócios”.

O sujeito institucional 5 pontua que o instituto desenvolve como atividade de preservação o registro documental, assim como o registro iconográfico e digital das “reuniões, assembleias e eventos”. Para o sujeito, o registro, classificação e catalogação de documentos e bens do Arquivo do IHGP também se configuram enquanto atividades de preservação. A publicização por meio de “notícias, artigos e estudos” no site e no Boletim Mensal do instituto são caracterizadas pelo sujeito institucional como atividades de preservação da Memória Institucional do IHGP. Quanto aos problemas para preservar a Memória do IHGP, é citada pelo sujeito a questão financeira, a qual, segundo o sujeito, resulta em demandas como “espaço físico e instalações”, “recursos humanos” e “materiais e equipamentos”.

Observou-se no discurso dos sujeitos institucionais a predominância de uma fala geral quanto às ações que tratam da preservação da memória do instituto. Os termos utilizados com maior incidência nessa categoria para designar as ações de preservação da Memória Institucional Ihgpeana são: armazenamento, higienização, organização, acondicionamento, registro, catalogação e publicação. Constatou-se o uso desses termos de modo geral. Os sujeitos não especificam ou não souberam especificar como essas ações de preservação da memória do instituto são trabalhadas.

Para tanto, são citadas algumas ações específicas, como: o projeto de organização do acervo do instituto da década de noventa, citado pelo sujeito 3 e 4; projeto de reforma da biblioteca dos anos 2000, citado pelo sujeito 1 e 3; projeto de parceria entre o IHGP e a Fundação Joaquim Nabuco na década de 1980, citado pelo sujeito 4; o registro documental, iconográfico e digital de todas as reuniões, assembleias e eventos do instituto, citados pelo sujeito 4.

Entre as ações de preservação citadas nos discursos, cabe pontuar o projeto de reforma da então biblioteca do IHGP: Biblioteca Irineu Pinto. Este projeto era discutido desde o final da década de noventa pela diretoria do IHGP. No ano de 2002, por meio de um convênio entre

o IHGP com o governo da Paraíba, o projeto de reforma da biblioteca do instituto foi finalizado.

Imagem 7 – Reforma da Biblioteca



Fonte: Arquivo do IHGP (2021)

Imagem 8 – Reforma da Biblioteca



Fonte: Arquivo do IHGP (2021)

Nas imagens 7 e 8, é ilustrado o processo de montagem das estantes deslizantes na área da biblioteca do instituto. De acordo com Guimarães (2005), o desenvolvimento desse projeto nas dependências do IHGP não apenas modernizou a instituição com a implantação de quatro arquivos deslizantes como também promoveu o melhor acondicionamento das fontes documentais da instituição, visando assim à preservação.

Quanto ao projeto piloto da década de 90 apontado no discurso dos sujeitos como ação de preservação da memória do instituto, cabe pontuar que esse projeto possibilitou a confecção de instrumentos pesquisa como o Inventário do IHGP, Guia do Acervo, uma série de Catálogos do IHGP e o Índice da Revista do IHGP, como ilustra o Quadro 4.

Sobre o Índice da Revista do IHGP, esse instrumento técnico de pesquisa foi organizado pela então bibliotecária Tânia Maria da Silva, associada ao instituto na década de noventa, em convênio com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional. O Índice se encontra organizado para recuperação das informações por meio de *autor*, *assunto* e *título* dos artigos da coleção da Revista do IHGP. O índice atualmente permanece para acesso aos usuários do instituto, juntamente com os demais instrumentos de pesquisa citados. Mas carece de uma atualização que contemple as publicações posteriores ao período da década de 2000 para a atualidade.

Nesse aspecto, cabe pontuar os obstáculos apontados pelos sujeitos. A questão “financeira” foi citada por todos os sujeitos institucionais. No conjunto dos discursos, é apresentado que “a maior” problemática para preservar a Memória Institucional do IHGP são os problemas financeiros. Segundo o sujeito institucional 2, são problemas que o instituto sempre passou durante a sua trajetória institucional e que essa problemática “sempre afligiu” o IHGP.

A despeito do obstáculo financeiro apresentado pelos sujeitos, que o IHGP vivencia e que potencialmente afeta a preservação da Memória Institucional, a falta de pagamento da mensalidade dos sócios do instituto é elencada também nesse aspecto enquanto problemática. Institucionalmente, o quadro de sócios tem o dever de prestar subsídios ao instituto por meio da mensalidade e também de auxílios materiais, se for o caso. O Art. 13 do Estatuto Social do IHGP aponta o seguinte:

São deveres do associado: **1.** Cumprir e fazer cumprir este Estatuto, O Regimento Interno e as decisões da Assembleia Geral, bem como aceitar e desempenhar encargos e comissões para os quais for eleito ou designado; **2.** Prestar ao INSTITUTO todo auxílio intelectual, moral e material; **3.** Manter-se em dia com o pagamento de suas contribuições (ESTATUTO SOCIAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, 2005).

Ao apresentarem as demais problemáticas que afetam as demandas de preservação da Memória Institucional do IHGP, percebe-se que essas decorrem ou estão inerentes à problemática financeira, tais como: manutenções internas interrompidas, recursos humanos e profissionais especializados, falta de insumos para manutenção do acervo, falta de manutenção da sede do instituto e a falta de uma política adequada de captação de sócios para o IHGP.

Para tanto, mesmo diante de tais problemáticas, como apontadas pelos seus sujeitos institucionais, o IHGP permaneceu em sua trajetória secular promovendo o acesso do seu acervo. Pois, como aborda Nascimento (2016):

A comissão editorial também fazia questão de afirmar que apesar das dificuldades, o Instituto avançava consideravelmente em seus objetivos. A entidade crescia a cada dia em importância dentro do cenário cultural paraibano e, apesar do pequeno número de estudiosos que de fato colaboravam com a instituição, suas atividades não foram interrompidas (NASCIMENTO, 2016, p. 125).

Diante disso, o IHGP permanece na atualidade enquanto instituição de memória preocupada com os estudos da história, promovendo a disseminação de pesquisas por meio

dos seus sócios institucionais, do debate pelos seus eventos culturais ao público e também do acesso aos seus registros e fontes memoriais para a sociedade. Nesse último aspecto, Galindo (2015, p. 79) advoga que “[...] a memória destina-se ao acesso. Memória e acesso são partes de um mesmo processo, sem o acesso a função social da memória é nula”.

Por meio da categorização sobre as concepções dos discursos dos sujeitos institucionais sobre a Memória Institucional do IHGP, organizaram-se essas categorias em três: 1. Representatividade histórica na sociedade; 2. Atuação fora dos muros institucionais; e 3. Documentos que asseguram a continuidade da instituição. No quadro (Quadro 10) a seguir, é ilustrada a organização dessas categorias por meio de trechos dos discursos dos sujeitos.

Quadro 10 – Categorias das Concepções dos Sujeitos sobre a Memória Institucional do IHGP

Categorias das Concepções	Discursos
Representativa de histórica na Sociedade	Sujeito Institucional 1: <i>“o que ela representa historicamente para a Paraíba. A primeira casa de memória e cultura do estado”</i>
Atuação fora dos muros institucionais	Sujeito Institucional 2: <i>“a atuação do instituto na sociedade por meio do debate e da revista”</i> Sujeito Institucional 4: <i>“ela vai além das suas fronteiras com o seu objetivo maior de preservar a memória do estado da Paraíba”</i>
Documentos que asseguram a continuidade da instituição	Sujeito Institucional 3: <i>“é o conjunto de documentos que asseguram a continuidade da instituição”</i> Sujeito Institucional 5: <i>“diz respeito ao conjunto de documentos os mais diversos possíveis que têm a ver com a trajetória (passado e presente) da instituição”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Com base no conjunto de discursos apresentados nesta seção, observou-se no processo de aplicação das entrevistas que os sujeitos que desempenham atividades enquanto servidores e que atuam efetivamente nos bastidores institucionais do IHGP apresentaram um maior potencial de informação no tocante às categorias dos instrumentos/canais e das ações/obstáculos.

Os discursos apresentados pelos sujeitos comungam com a ideia de que a memória “estabelece uma ponte entre o passado, presente e futuro; procede de modo seletivo, à medida que recorda uma coisa e esquece a outra” (ASSMANN, 2011, p. 146). Isso porque a

ressignificação da Memória Institucional, por meio dos sujeitos da instituição, está inerente ao fio que liga a instituição e a sua história à temporalidade da instituição, ou seja, sua trajetória.

Assim, o processo de ressignificação da memória “intermeia valores dos quais resultam em um perfil identitário e normas de ação” (ASSMANN, 2011, p. 146). No plano da Memória Institucional, a ressignificação da memória corrobora para uma ideia de identidade institucional. Isso porque as instituições, quando expõem a sua memória, têm a oportunidade de possibilitar significados da sua imagem perante a sociedade à qual pertence (MORENO; LOPES; DI CHIARA, 2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo de Oliveira (1996), evidenciou-se que, nas primeiras décadas da sua produção do saber histórico, o IHGP se preocuparia em exaltar “uma paz e uma harmonia” no processo histórico paraibano. Esse saber histórico, identificado pela autora por meio da paraibanidade, seria enfatizado pelo olhar da categoria dos sócios letrados do instituto, os quais compunham a elite paraibana. Assim, o estudo de Margaria Oliveira foi relevante para sintetizar a característica da produção do saber Ihgpeano. Como seria possível descrever histórico-institucionalmente o IHGP sem apontar as características da sua formação? É nesse aspecto que a Memória Institucional não se preocupa apenas com os legados, mas também com as vicissitudes institucionais.

Nessa assertiva, comungamos com Thiesen (2013, p. 190) que “é importante observar e analisar não apenas a forma, mas o conteúdo das ideias que alimentam determinadas instituições, bem como suas transformações, na perspectiva do tempo”. Desse modo, incentiva-se aqui a importância de um olhar sobre as características e as potenciais atualizações no contexto do saber produzido pelo IHGP durante as últimas décadas, considerando assim fatores como o perfil dos produtores de tal saber. Isso porque o instituto nasce e se desenvolve por meio perfil de sócios constituído majoritariamente por homens formados nos quadros intelectuais da elite paraibana. Suscita-se assim, para os futuros estudos que tratem sobre a memória do instituto, a importância de se identificar o papel das mulheres na produção do saber produzido na revista.

Todavia, ressalta-se aqui que esse foi um estudo preliminar no tocante à Memória Institucional do IHGP. É com base nesse aspecto que a necessidade de se estabelecer um estudo que abordasse a temática da memória no contexto institucional Ihgpeano provocou um olhar de responsabilidade no âmbito da presente pesquisa. Ela é considerada como uma Instituição de memória centenária na Paraíba. Devido a isso, detém uma longa trajetória institucional. Entretanto, percebeu-se uma carência de estudos que tratassem dos aspectos memoriais e institucionais dessa entidade memorialística.

Por meio da apresentação de discursos isolados, buscou-se nesta pesquisa relatar o olhar dos sujeitos institucionais do IHGP no tocante ao fenômeno da Memória Institucional dessa instituição. O olhar deles sobre os processos que constituem esse fenômeno, apresentado nos resultados, refere-se aos seus próprios discursos enquanto servidores e sócios, os quais possuem trajetórias institucionais dentro do instituto. Organizado com base em categorias gerais – Concepções da Memória Institucional do IHGP; Instrumentos e Canais

que Ressignificam e Compartilham a Memória Institucional do IHGP; e Ações e Obstáculos para Preservar a Memória do IHGP –, a pesquisa se propôs a caracterizar o fenômeno da Memória Institucional do instituto paraibano amparado pelos discursos institucionais.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, evidenciou-se que o projeto nacional do Instituto Histórico Brasileiro centralizado no Rio de Janeiro promoveu a fundação de inúmeros Institutos Históricos em todas as capitais brasileiras, alguns com outras denominações, mas com a mesma natureza institucional. As atuações dessas instituições na sociedade vão desde a produção de um saber histórico, específico de cada localidade, até a promoção do acesso à informação das fontes documentais de valor histórico-social custodiadas por eles. Nesse sentido, ao falar sobre os Institutos Históricos, Mota (1996) advoga que as futuras gerações de pesquisadores e estudantes zelar por instituições como o IHGP, pois são essas instituições que cultivam os hábitos da informação na sociedade.

É nesse contexto que essas instituições memorialísticas, algumas com mais de um século de trajetória, como o IHGP, são entidade importantes para a memória nacional e regional. A promoção do acesso à informação aos seus registros históricos, relevantes para o processo de identidade dos indivíduos na sociedade, é comungada desde os primeiros Institutos Históricos formalizados.

Destarte, cabe pontuar aqui as dificuldades enfrentadas durante esse processo de pesquisa. A proposta preliminar da pesquisa teria como pressuposto aplicar a entrevista semiestruturada entre sócios e ex-sócios, servidores e ex-servidores e outros potenciais sujeitos com trajetórias ligadas ao IHGP. Preliminarmente, elencaram-se treze nomes entre essas categorias de sujeitos supracitadas para a aplicação da entrevista. Entretanto, o cenário da pandemia ocasionado pelo vírus Sars-CoV-2 (Covid-19) afetou diretamente a investigação. Nesse sentido, foi necessário reconfigurar a pesquisa, reduzindo assim a amostra da pesquisa e realizando a aplicação das entrevistas no formato virtual. Majoritariamente, os sujeitos institucionais elencados eram pessoas com idade avançada, nem todos dispoñdo de familiaridade com as plataformas digitais. Assim, devido a essa dificuldade de acesso aos sujeitos por plataforma digitais e ao *lockdown*, a aplicação das entrevistas foi naturalmente comprometida. O estudo documental tinha como proposta analisar o maior número possível da coleção da Revista do IHGP. Infelizmente, entretanto, como o acesso físico da Instituição ficou restrito, não foi possível realizar a proposta inicial deste estudo documental.

Dado o exposto, considera-se que o fenômeno da Memória Institucional no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é continuamente complexo. É nesse sentido que a pesquisa apresentada aqui buscou caracterizar apenas um prisma desse fenômeno informacional. Como

ilustrado no Quadro 10, as concepções e ideias dos sujeitos institucionais sobre a Memória do IHGP perpassam pelas categorias de representativa história que o IHGP tem frente à sociedade, pela atuação do IHGP fora dos seus limites institucionais e também pelo conjunto de documentos que asseguram a existência do IHGP. Para tanto, cabe pontuar que trabalhar a Memória Institucional dessa instituição é uma seara que carece da atenção de futuros estudos proeminentes.

Desse modo, suscitam-se assim futuros estudos no tocante a essa temática no âmbito da Ciência da Informação. Comunga-se com Galindo (2015) que a Ciência da Informação deve buscar entender a natureza dos registros e dos fenômenos que envolvam a criação, o tratamento e o uso social da informação por meio dos registros memoriais, pois a memória produzida ontem tem hoje para a Ciência da Informação um valor importante para o seu objeto estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. C.; AQUINO, M. A. A. Pesquisa Qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB – 2008 A 2012. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.22, p. 79-100, Número Especial, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/13678/0>>. Acesso em: 6 de Março de 2020.

ARAÚJO, C. A. A. A Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19020.pdf>>. Acesso em: 8 de março de 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Uma história intelectual da Ciência da Informação em três tempos. **RACINn**, João Pessoa, v. 5, n. 2, p. 10-29, jul. 2017. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v5_n2/racin_v5_n2_artigo01.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

ARAÚJO, C. C.; PEREIRA, B. S.; BISNETA, M. G. P.; VIEIRA, T. S. In: Encontro Internacional de Estudos de Usuários da Informação, 1., 2017, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ENEU, 2017. p. 1 – 16.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEIGUELMAN, Giselle; LAVIGNE, Nathalia de Castro. Memento mori: museu nacional e o arquivo sem museu. **Contemporânea: revista do PPGART/UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 6, p. 1-12, dez. 20.

BUFREM, Leilah Santiago. Configurações da pesquisa em Ciência da Informação. **Datagramazero: revista de ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 1, dez. 2013. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez13/Art_04.htm>. Acesso em: 3 de maio de 2020.

CANCLINI, Néstor García. **As instituições fora do lugar**. Youtube. 6 de outubro de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ctu5m46ux_o&t=434s. Acesso em: 6 de outubro de 2020.

CARRARO, Elaine Cristina. O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, v. 1, n. 47, p. 33-51, 2017. EISSN: 2446-4856. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/11966/9113>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 39-62.

CÂMARA, Rafael da Silva. **Concepções Teóricas Sobre Memória**: análise das bibliografias das disciplinas dos programas de pós-graduação em ciência da informação no Brasil. 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da Informação, UFPE, Recife, 2015.

CÂMARA, Rafael Silva da; BUFREM, Leilah Santiago. O uso de mapas conceituais como proposta para organização e representação do conhecimento nos estudos sobre memória na ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

CAPURRO, Rafael. **Epistemologia e ciência da informação**. 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 17 de Abril de 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: **Revista de História Oral**. v. 6 (2003), p. 9-25.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. Ensaio sobre memória e informação. **Morpheus**, (UNIRIO. Online), v. 9, p. 227-244, 2016.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. Tempos memoriais e patrimoniais: notas de pesquisa sobre memória e informação. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **Informação, Patrimônio e Memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 1-176.

ESTEVÃO, Janete Saldanha Bach; STRAUHS, Faimara do Rocio. Proposta de uma ontologia como modelo de referência no domínio da Memória Organizacional Histórica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. [online]. 2013, vol.18, n.4, pp.35-53. ISSN 1981-5344. <https://doi.org/10.1590/S1413-99362013000400004>. Acesso em: 28 de Março de 2020.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FORMIGA, Zeluiza. **Iventário das Séries do Arquivo Flávio Maroja do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997. 105 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Memórias de escritores**: práticas de leituras de acadêmicos paraibanos. 2006. 137 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

GALINDO, Marcos. Patrimônio memorial e instituições públicas no Brasil. In: Antonio Motta Barrio, Mário Hélio Gomes. (Org.). **Inovação Cultural, Patrimônio e Educação**. Recife: Massangana, 2009, p. 251-264.

GALINDO, Marcos. A Redescoberta do Trabalho Coletivo. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo. **Informação, Patrimônio e Memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 1-176.

GONÇALVES, Janice. Lugares de Memória, Memórias Concorrentes e Leis Memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, p. 15-28, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/about>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, 2008.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, v.32, n.1, p.60-77, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONDIM, L. M. P. e LIMA, J. C. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. 2. ed. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2006. v. 1. 88p.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **História do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**: tomo II. João Pessoa: Editora Universitária/Ufpb, 2005. 200 p.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IHGP. **Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. 2021. Disponível em: <https://www.ihgp.ne>. Acesso em: 03 jan. 2021.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Em torno da memória política. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco de; GONDAR, Jô. **Por que Memória Social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 1-379.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Informação, Memória e Patrimônio: breves considerações. In: NETTO, Carlos Xavier de Azevedo (org.). **Informação, Patrimônio e Memória**: diálogos interdisciplinares. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. p. 1-176.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; NETTO, Carlos Xavier Azevedo; CASCARDO, Ana Beatriz Soares. Memória e Cultura Material: objetos, palavras e representações. In: ENANCIB, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Ancib, 2014. p. 4794-4811. Disponível em: <http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt10>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003, 311p.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica**: recuperação e divulgação da memória no poder judiciário brasileiro. 2007. 133f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência da Informação, UnB, Brasília. 2007.

MARTELETO, Regina Maria. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 2, 1994. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74904>. Acesso em: 11 de Julho de 2021.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, p. 09-23, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORENO, N. A.; LOPES, M. A.; DI CHIARA, I. G. A contribuição da preservação de documentos e a (re) construção da memória. **Biblionline**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. Apresentação. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Intrepida Ab Origine**: o instituto histórico e geográfico paraibano e a produção local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996. p. 9-12.

NASCIMENTO, George Silva do. A “**consciência histórica**” paraibana: do IHGP à historiografia acadêmica. 2016. 281 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://historia.fafich.ufmg.br/defesas/508D.PDF>. Acesso em: 03 mar. 2021.

NASCIMENTO, Milton. BORGES, Lô. **Clube da Esquina**. Rio de Janeiro: Emi-Odeon. 1970.

OLIVEIRA, E. B.; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em revista**, v. 7, n. 1, 2011. DOI: [10.18617/liinc.v7i1.416](https://doi.org/10.18617/liinc.v7i1.416) Acesso em: 19 de Abril de 2020.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Intrepida Ab Origine**: o instituto histórico e geográfico paraibano e a produção local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda, 1996. 82 p.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Anpuh, 2003. p. 1-9.

Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177543_e1973297eb26be60d9c85d7ec3cc1b65.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: heroica desde dos primórdios. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 7, n. 1, p. 38-53, jun. 2011.

PARRELA, I.; NASCIMENTO, A. Memória Institucional e Arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.24, número especial, p.176-188, jan./mar.2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v24nspe/1413-9936-pci-24-spe-176.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

PATO, A. Entrevista com Giselle Beiguelman. **Acervo**, v. 32, n. 3, p. 13, 27 ago. 2019.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: The Society Of American Archivists, 2005. Disponível em: <https://files.archivists.org/pubs/free/SAA-Glossary-2005.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PEIXOTO, Maria Celina Lima; OLIVEIRA, Débora Passos de. Da reminiscência platônica à construção em análise: um estudo sobre a memória freudiana. **Aletheia**, Canos, v. 38-39, p. 173-185, dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115028213014>. Acesso em: 01 dez. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: FVG, v.5, n.10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.

SANTOS, Amanda Carvalho dos. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. **Archeion Online: Revista de Arquivologia da UFPB**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 80-95, jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/39736/20353>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SANTOS, Juliana Cardoso dos. **Memória Organizacional: em foco o valor da informação como negócio/commodity**. 2019. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Unesp, Marília, 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo, Companhia das Letras; Belo Horizonte, UFMG, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: Memória coletiva e experiência. **Revista de Psicologia da USP**, São Paulo, p. 285-298, 1993. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>>. Acesso em: 21 de Janeiro de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 439 p.

SMITH, Andrea, Social Memory and Germany's Anti-Foreigner Crisis: a case of collective forgetting. In: TESKY, Marea C., CLIMO, Jacob J. (Orgs.) **The Labyrinth of Memory: Ethnographic Journeys**, West Port: Bergin & Garvey, 1995.

SOBRAL, Gustavo; PIGNATARO, André Felipe; SIMÕES, Pedro. **Institutos Históricos e Geográficos do Brasil**. Natal: Offset Gráfica, 2019. 100 p.

El Sawy, O. A., Gomes, G. M., & Gonzalez, M. V. (1986). **Preserving Institutional Memory: The Management of History as an Organizational Resource**. Academy of Management Proceedings, 1986(1), 118–122. doi:10.5465/ambpp.1986.4980227.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto : Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Ana Pricila Celedonio da *et al.* Informação e Memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 95-106, ago. 2018.

SILVA, Igor Oliveira da. **Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: locus da identidade potiguar e preservação da memória nacional**. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Ufpb, João Pessoa, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18488/1/IgorOliveiraDaSilva_Dissert.pdf. Acesso em: 5 mar. 2021.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional do IBGE: um estudo exploratório-metodológico**. 1992. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ciência da Informação, IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

THIESEN, Icléia. Informação, memória e História: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. esp., p. 15-26, 1º sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/15182924.2006v11nesp1p15/383>. Acesso em: 20 de Abril de 2021.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **The Information Scientist**, v.9, n.4, dec., 1975.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa intitula-se A **MEMÓRIA INSTITUCIONAL: Perspectivas dos seus Sujeitos Institucionais** e está sendo desenvolvida pelo pesquisador **Thullio Santos Vieira**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Gracy Kelli Martins.

O objetivo principal do estudo é: investigar o fenômeno da Memória Institucional no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Como objetivos secundários: descrever histórico e institucionalmente o IHGP; discutir o fenômeno da Memória Institucional no IHGP e por fim, caracterizar os instrumentos da Memória Institucional no âmbito do IHGP.

A finalidade desta pesquisa é promover o compartilhamento da Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e contribuir com o processo de ampliação dos estudos da memória no âmbito da Ciência da Informação.

Solicitamos a sua colaboração para nossa entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciência da Informação e publicar em revista científica da área. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos também que essa pesquisa não oferece riscos para saúde dos pesquisados, no entanto, poderá haver algum desconforto psicológico, para que isso não venha ocorrer, será escolhido um local privado sem a presença de pessoas alheias ao estudo, enquanto, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

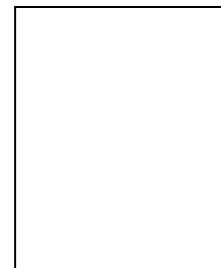
Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador.

Thullio Santos Vieira.

E-mail: thullios.vieira@gmail.com.

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Entrevista Semiestruturada**A Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: Perspectivas dos seus Sujeitos Institucionais**

Esta entrevista é direcionada aos sujeitos que atuam no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), em João Pessoa (PB). A participação da pesquisa é voluntária, caso o sujeito decida não participar ou desistir da participação durante a aplicação da entrevista, não gozará de qualquer dano. A identidade dos sujeitos não será divulgada. A concordância na participação da pesquisa requer a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

1 – Qual a sua concepção de Memória Institucional do IHGP?

2 – Quais as ações o IHGP executa para preservar a sua Memória Institucional?

3 – Quais os obstáculos enfrentados pelo IHGP para preservar a sua memória?

4 – Quais as fontes documentais e registros memoriais você apontaria como relevantes para a Memória Institucional do IHGP? Onde eles se encontram?

5 – Quais os canais e meios o IHGP utiliza para compartilhar a sua memória?

6 – O que você considera importante preservar na memória do IHGP? Por quê?

7 – O que você considera que não deveria ser preservado na memória do IHGP? Por quê?

8 – Quem indicaria para falar sobre a história do IHGP?

9 – Caso existam outros elementos que considere imprescindíveis para a memória do IHGP, comente a seguir:

APÊNDICE C – FICHA DE DADOS DIRECIONADA AOS SUJEITOS DA PESQUISA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

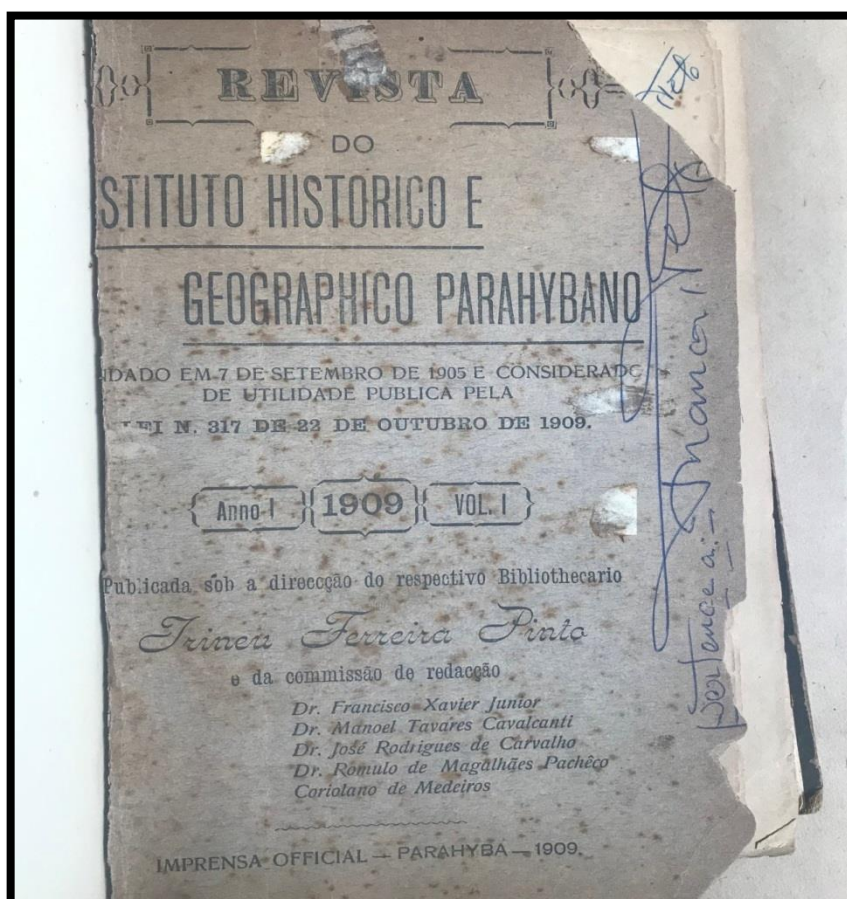
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Memória Institucional do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: Perspectivas dos seus Sujeitos Institucionais

Perfil do Sujeito
Nome:
Gênero:
Naturalidade:
Nível de Escolaridade:
Área de Formação:
Função Institucional:
Tempo de Serviço Institucional:

ANEXOS

ANEXO A – CAPA DA PRIMEIRA REVISTA DO IHGP



ANEXO B – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO AO CÔMITE DE ÉTICA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB

**COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Memória Institucional: Investigando seu Fenômeno no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

Pesquisador: Thullio Santos Vieira

Versão: 2

CAAE: 50280620.5.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFPB

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 084897/2021

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Memória Institucional: Investigando seu Fenômeno no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que tem como pesquisador responsável Thullio Santos Vieira, foi recebido para análise ética no CEP Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CCS/UFPB em 30/07/2021 às 09:25.

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB, 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.994.206

Folha de Rosto	Nova_Folha_de_Rosto.PDF	29/07/2021 13:50:24	Thullio Santos Vieira	Aceito
Outros	termo_an.pdf	08/12/2020 04:12:57	Thullio Santos Vieira	Aceito
Outros	Aprovacao_ofc.pdf	08/12/2020 02:49:09	Thullio Santos Vieira	Aceito
Outros	Instrumento_ofc.pdf	08/12/2020 02:47:19	Thullio Santos Vieira	Aceito
Orçamento	Orcamento_ofc.pdf	08/12/2020 02:46:11	Thullio Santos Vieira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_ofc.pdf	08/12/2020 02:45:06	Thullio Santos Vieira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Setembro de 2021

Assinado por:

**Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))**

Endereço: Prédio da Reitoria da UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br